



Roberto B. Martins

CRESCENDO EM SILÊNCIO

**A incrível economia escravista
de Minas Gerais no século XIX**

ICAM / ABPHE

Título original: *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*.
Tese de doutorado, Universidade de Vanderbilt, Nashville, 1980.

Publicação realizada através de convênio com o Ministério da Cultura – convênio 874626/2018.

Coordenação Editorial: Lucilene Rodrigues

Revisão: Maria do Carmo Salazar Martins

Projeto gráfico e capa (sobre imagens de Debret): Sérgio Luz

Editoração eletrônica: Alan David Vasconcelos

M386

Martins, Roberto Borges

Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX / Roberto B. Martins. – Belo Horizonte: ICAM: ABPHE, 2018.

632 p.: Il. tabs., gráfs.; 18 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-63449-08-5

1. Trabalho escravo – Minas Gerais – Séc. XIX 2. Minas Gerais – Condições econômicas – Séc. XIX I. Título

CDD 326

CDU 326

ICAM

Instituto Cultural Amilcar Martins

ABPHE

Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica

OS QUATRO CAVALEIROS DO FALSO APOCALIPSE

Como mencionei em *Crescendo em Silêncio*, durante a maior parte do século XX, os principais historiadores da economia brasileira afirmaram que, quando o setor aurífero entrou em declínio, na segunda metade do século XVIII, a economia mineira mergulhou numa depressão profunda, com uma “regressão à subsistência”, que duraria várias décadas, até que surgisse o café para resgatá-la parcialmente, já bem avançado o século XIX. Esse enredo se baseava, evidentemente, na visão de uma economia fundada em um único pilar – uma “monocultura” mineral exportadora de ouro – que importava tudo que consumia, com exceção de uma rudimentar produção de subsistência, bem à feição do paradigma primário-exportador. Quando esse pilar ruiu, levou consigo todo o resto, lançando Minas Gerais numa crise sem precedentes na história da América.

Segundo esses autores a crise teria se manifestado através de uma profunda recessão, da involução da economia para uma agricultura de subsistência “de baixíssima produtividade”, e do dramático empobrecimento da população. Sem condições para manter seus plantéis, os mineradores os dizimavam na esperança vã de encontrar novos filões, ou vendiam os escravos, agora ociosos, para o novo setor exportador que despontava no vale do Paraíba. De maior importador de cativos da colônia, Minas teria se transformado em um grande exportador, em tal volume que teria viabilizado a decolagem da lavoura cafeeira.

Um corolário muito repetido desta tese era o de que a regressão da economia foi acompanhada pelo definhamento da importante rede urbana estabelecida na fase ascendente da mineração. Seu declínio teria forçado a população a abandonar as áreas urbanas, dispersando-se pelo meio rural. Semidesertas e sem alternativas produtivas, as vilas e os arraiais teriam entrado em um processo de atrofia, e de deterioração econômica, social e física.²⁰⁷

Acredito que quem inaugurou esta visão sombria foi o historiador português Joaquim Pedro de Oliveira Martins, quando escreveu, em 1880, que ao se esgotarem

207 Esse foi um dos erros grosseiros que cometi em 1980. Naquela época afirmei, seguindo a pior historiografia tradicional, que “as vilas do ouro estavam semi-desertas; suas casas, igrejas e edifícios públicos, em ruínas. A terra ao seu redor era estéril, o cascalho aurífero tinha sido lavado vezes sem conta, e na maioria dos lugares era trabalhado somente por uns poucos faiscadores, que mal conseguiam retirar dele um miserável sustento. A maior parte da população tinha migrado para a agricultura e para a criação de gado. Os únicos lugares que mostravam algum sinal de prosperidade eram aqueles que, em virtude de uma localização privilegiada, tinham-se tornado entrepostos comerciais ou que tinham conseguido efetuar com sucesso a transição da mineração para outras atividades”.

os depósitos de ouro e de diamantes, uma hecatombe de grandes proporções abateu-se sobre a região.

Foi isso o que efetivamente sucedeu no último quartel do XVIII século. Ainda nos primeiros anos da nossa era a província de Minas apresentava o aspecto de uma ruína: os habitantes estavam indecisos entre a exploração de jazigos cada vez menos produtivos, e a da agricultura prometedora; as vilas, isoladas por léguas e léguas de distância, escondidas em desvios de serras bravias, definhavam. Era uma decadência triste e uma desolação geral. Os vizinhos da outrora opulenta Vila Rica miravam-se nas ruínas da antiga prosperidade. Mendigos habitavam em palácios carunchosos. (...) Viam-se os campos abandonados, miseráveis casas destelhadas caindo a pedaços; os jardins e cercados estavam infestados de plantas parasitas; as pastagens perdidas, os gados, ao abandono, diminuam.

(...) Oscilando entre a esperança vã de um retorno das maravilhas mineiras e a fatalidade de um regresso à vida agrícola, o proprietário, indeciso, mole, arrastava uma existência quase miserável (...) A casa era uma barraca miserável, com muros de taipa de barro, sem vidraças, roída pelo tempo e mal defendida contra as chuvas. O chão era a terra úmida e negra, sem ladrilhos nem sobrado, saturada de imundície e endurecida pelo perpassar dos moradores que viviam numa promiscuidade repugnante, homens e cevados. (...) A ninhada das crianças folgava seminua, esfarrapada e descalça, as mulheres enfezadas e pobremente vestidas; e o chefe da casa, indolentemente embrulhado na capa, com os socos nos pés, vigiava o trabalho dos negros, lavando o cascalho com a sempre mantida esperança da descoberta de um depósito abundante de ouro. (...) O Brasil começava a entrar no período de uma crise que durou um quarto de século. Mais de vinte anos foram necessários para o decidir abandonar a exploração das minas estéreis e entregar-se à lavoura.²⁰⁸

Oliveira Martins foi um destacado membro do “decadentismo português” do século XIX e da “geração dos 70”, um grupo de intelectuais que se autodenominava “vencidos na vida”, e que viveu assombrado entre o fantasma do longínquo passado glorioso e a angustiante realidade do presente medíocre de seu país. Atribuo a ele a autoria original da tese do colapso catastrófico da economia de Minas, porque não encontrei esta versão radical em escritos anteriores. As memórias e relatórios produzidos por administradores coloniais, bem como as dos letrados brasileiros comissionados pelo governo português no fim da era colonial, enfocam invariavelmente o declínio da produção de ouro, os meios de remediá-la e de recuperar

208 Joaquim Pedro de Oliveira Martins. *O Brasil e as Colónias Portuguesas* [1880]. Lisboa: Guimarães e Cia. Editores, 1978, pp. 83-85.

as receitas da Real Fazenda. Seu tom é (melo) dramático e alarmado – “cadavéricas minas” – mas não apontam nenhuma crise geral da economia, nem miséria generalizada da população, nem ruína das cidades.²⁰⁹

Como se pode depreender facilmente desse excerto (e com muito mais clareza do texto completo), o português era um demente, cuja narrativa histórica era um exercício de ficção, vazada em linguagem delirante, e comprometida apenas com seus próprios ódios e paixões, onde a adjetivação substitui a evidência e o argumento. Demonstra em várias passagens de seu texto uma grosseira ignorância sobre fatos básicos da história do Brasil e sua única fonte de informação sobre Minas Gerais é o relato de John Mawe, cujo nome menciona uma única vez, *en passant*, e distorce completamente, atribuindo-lhe uma dramaticidade que não tem. A ferocidade vazia de sua visão sobre Minas revela um rancor atávico contra uma colônia que, tendo sustentado o luxo e a ostentação, de repente passara a negar oxigênio a um Portugal

209 Na introdução de *Minas e Currais*, Angelo Carrara analisa com muita propriedade o significado dos queixumes e choradeiras sobre a “decadência” e “miséria” de Minas Gerais, que ocorriam desde a primeira metade do setecentos, salientando o problema de “conferir fidedignidade a discursos ideológicos”. Angelo Alves Carrara. *Minas e Currais: Produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007, especialmente pp. 21-31. Óbvio, os mineradores, as câmaras municipais, e mesmo alguns funcionários da Coroa tinham interesse em afirmar que a teta havia secado, e fizeram-no desde as primeiras décadas. Já em 1741, “a Câmara Municipal de Vila Rica referiu-se à grande pobreza provocada pela falta de descobertas e a exaustão das jazidas de ouro, e apenas oito anos depois pediu a paciência real na coleta dos quintos em vista da “extrema miséria e decadência em que se acha este país em razão de não haver mais descobertas”. A. J. R. Russell-Wood. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 158. Na Instrução para o visconde de Barbacena, Mello e Castro dizia que quem falava em crise eram os contratadores de impostos e os funcionários corruptos que os protegiam, os quais, devendo “enormíssimas” somas à real fazenda, “tem querido confundir com o estado decadente em que representam a capitania de Minas”. Martinho de Mello e Castro. Instrução para o Visconde de Barbacena, Luiz Antônio Furtado de Mendonça, Governador e Capitão General da Capitania de Minas Geraes. [1788]. *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, nº. 21, abril de 1844, pp. 57-59. O historiador tem de ser cuidadoso para distinguir os problemas reais da decadência fajuta. Vejam-se sobre isso, entre outros, José Vieira Couto. “Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu Território, Clima e Produções Metálicas” [1799]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 1874, 2ª. edição. Reedição: Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994; José Manuel de Sequeira. “Memória sobre a decadência das três Capitanias e os meios de as reparar.” [1802]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 203 (abril-junho 1949); Rodrigo José de Menezes. “Exposição do Governador D. Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo”. [1780]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano II (1897); Basílio Teixeira de Sá Vedra. “Informação da Capitania de Minas Geraes dada em 1805 por Basilio Teixeira de Sá Vedra”. [1805]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano II, fascículo 4 (1897); José Elói Ottoni. “Memória sobre o estado atual da Capitania de Minas Gerais, por José Elói Ottoni, estando em Lisboa, no ano de 1798”. [1798]. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXX (1908); José João Teixeira Coelho. Instrução para o Governo da Capitania de Minas Geraes. [1780]. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. 3ª. série, nº. 7, 4º. trimestre de 1852. Reedição: Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

sufocado. O rancor de quem sabia que não haveria novos conventos de Maфра, e que se Lisboa tivesse sido novamente chacoalhada, chacoalhada teria ficado.²¹⁰ Não apresenta nada em suporte à macabra descrição que faz da “tragédia” mineira, e não deveria ter sido levado a sério, mas acabou influenciando toda a historiografia econômica brasileira do século XX.

O responsável por isto foi Roberto Simonsen, que endossou sem qualquer questionamento a descrição do português sobre o aniquilamento da economia mineira, transcrevendo na íntegra em sua *História Econômica do Brasil* o trecho resumido acima.²¹¹ Antolhado por sua própria criatura – o modelo dos ciclos – Simonsen não conseguiu enxergar nada além da mineração de ouro na economia de Minas Gerais do século XVIII e, conseqüentemente, não foi capaz de imaginar nada mais do que uma tragédia econômica e social em toda a região Sudeste, quando o setor entrou em declínio. Bom “paulista”²¹² que era, atribuiu ao café a glória de ter resgatado e devolvido a prosperidade não só à região, mas a todo o país. Segundo ele, nos distritos mineradores, “era quase nulo o trabalho agrícola e (...) os meios de subsistência eram quase todos importados (...) das regiões vizinhas, pagos em ouro em pó, única produção local”. As jazidas minerais e as cidades formadas em torno delas “tiveram uma prosperidade efêmera, de poucos decênios (...) Cessada a mineração, mergulhou o Centro-Sul na sua primeira grande crise por falta de uma produção rica e exportável”. A transição “da produção mineradora para a agrícola, arrastou-se durante mais de cinquenta anos (...) O Rio representava (em 1800-1805) como que um oásis nas grandes zonas sulinas, amarguradas por extrema pobreza. (...) A

210 Um pequeno exemplo da ignorância de Oliveira Martins sobre a história do Brasil pode ser visto na afirmação de que “Xavier, o Tira-Dentes, Maciel do Rio, Freire de Andrade, eram os chefes da conspiração que foi abortada. Pagaram no patíbulo a sua audácia”. Oliveira Martins. *O Brasil e as colônias portuguesas*, p. 95. Tinha ódio aos Braganças, que considerava responsáveis pelo ocaso de Portugal, e só se referia a eles com os maiores insultos. Se o trecho sobre a ruína de Minas não for suficiente para demonstrar seu destempero verbal, veja-se como se referiu a D. Pedro I, em uma única frase: “Títtere coroado nas mãos de Andrade (sic), D. Pedro, arrogante, apaixonado, temerário, caprichoso, solto de costumes, violento, colérico, despótico por temperamento, por sangue e por educação, não tinha a força que faz os imperadores, nem a inteligência que dirige os estadistas”. Pouco adiante, “herói de si para si, julgava-se verdadeiramente soberano, imperador, déspota – um Napoleão americano, com jus à obediência passiva, e à gratidão ilimitada dos seus subditos. Deu largas a suas paixões políticas e privadas, tinha na Corte um serralho, e em Cochrane um condottiere”. Oliveira Martins. *O Brasil e as colônias portuguesas*, pp. 106-07. É esse o historiador que criou o paradigma e estabeleceu o tom sobre a “decadência” de Minas Gerais no final do século XVIII.

211 Simonsen. *História Econômica*, p. 292.

212 Simonsen nasceu no Rio de Janeiro, mas viveu em São Paulo, onde construiu carreiras de sucesso, como empresário e como intelectual, e fez fortuna, nos anos 1920, depois de ganhar de João Pandiá Calógeras, ministro da guerra de Epitácio Pessoa, contratos para construir quartéis do exército em 26 cidades de nove estados.

vinda de D. João VI veio trazer novos e decisivos elementos de estímulo ao progresso à capital brasileira; mas teria que ser o café o elemento principal que, no século XIX, iria não só deslocar novamente o eixo econômico para as regiões do Sul, como lhes dar estabilidade e volume de riquezas ainda não conhecidos (...) Foi quando surgiu, salvadoramente, o café, a manter um afluxo de riquezas do exterior, deslocando novamente o eixo econômico para o Centro-Sul e permitindo ainda o grau de prosperidade que alcançamos (...) o Sul foi economicamente salvo pelo café, e com ele o Brasil”.²¹³

Pouco depois, em 1940, claramente contaminado, o historiador da agricultura Luís Amaral, também usou uma linguagem soturna, fortemente remanescente da arenga de Oliveira Martins, para relatar a “decadência de Minas”: “ao chegar, o café já encontrara multidões de sombras e lembranças – lembranças e sombras do ouro, senhores decaídos, dentro de casarões a desmoronar-se no meio de terreiros cheios de mato, circundados de terras férteis, porém abandonadas, porque o descobrimento de novo filão, que sempre se esperava, poderia dar em um ano cem vezes mais que um ano de exaustivo labor agrícola”.²¹⁴

Décadas mais tarde, Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa, também se deixaram empolgar pela retórica idiota do português:

O quadro desta área mineira, no alvorecer do século XIX revelava-se desolador. Superada a “febre” do ouro a economia estagnou-se e apresentava-se, nos núcleos urbanos, franca recessão populacional. Nos seus arredores descortinavam-se campos desertos, sem lavouras ou rebanhos. Dos morros, esgaravatados até a rocha, havia-se eliminado a vida vegetal; neles restavam montes de cascalho e casas, na maioria, em ruínas. A pobreza dos habitantes remanescentes, as existências de ruas inteiras quase abandonadas provocavam imediata admiração nos visitantes que passavam por Vila Rica. Das duas mil casas – na sua maioria construídas de barro e malconservadas, a atestar os poucos recursos de seus donos – quantidade considerável não estava ocupada, o aluguel mostrava-se cadente; nas transações imobiliárias a queda dos preços alcançou 50%. A população que somara, como atesta Saint-Hilaire, vinte mil pessoas, reduzira-se a oito milhares; tal quebra no número de habitantes teria sido ainda maior, não fosse Vila Rica a capital da capitania, centro político-administrativo e residência de um regimento. (...) A paisagem das velhas cidades, construídas enquanto cresciam os mananciais de riqueza, com suas belas igrejas barrocas, os sobradões

213 Simonsen. *História Econômica*, pp. 292-94, 380, 404, 407, 436.

214 Luís Amaral. *História Geral da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940, vol. 3, p. 87.

debruçados diretamente sobre as ruas estreitas, as praças apertadas, os chafarizes outrora borbulhantes, lá estão hoje, preservados no tempo como mensagem histórica a documentar a realidade social vivida no passado. A decadência muito rápida, a excelência dos materiais, não deram margem à deterioração, às marcas da miséria a se arrastar ao longo dos anos, frutos de paulatino apoucar de recursos.²¹⁵

A literatice piegas e o mito do colapso de Vila Rica contaminaram até mesmo um conceituado ensaísta e poeta mineiro. Affonso Ávila escreveu, em 1967, que “Vila Rica, que chegara a contar perto de cem mil habitantes, inicia a contra-marcha melancólica da decadência e, esvaziada da antiga e febricitante atividade, a velha capital adquire aspecto desolador, encoberta pela neblina de “ensueño” barroco, tal como a divisamos ainda hoje”.²¹⁶

Ainda em 1940, Simonsen lançou a lenda da transferência dos escravos da mineração para o café, de sua própria lavra, que se tornaria um mantra repetido por gerações de historiadores: – “Se já não existissem outras culturas e a mão de obra oriunda da mineração, não seria possível promover o seu [do café] incremento (...) As populações, a escravaria e o gado que se haviam acumulado na região centro-sul brasileira facilitaram a rápida expansão dessa cultura, de aspecto excepcionalmente rendoso (...) Operou-se, pois, na década 1820-1830, uma transformação profunda na província do Rio de Janeiro. Foram abertas grandes fazendas, que passaram a importar braços de Minas Gerais e mesmo da África”.²¹⁷

Também em 1940, ao descrever a ruína de Minas, Luís Amaral afirmou que lá havia “milhares de escravos a aproveitar”, e apoiou a tese das transferências, escrevendo, com o lirismo cretino dos apologistas da *jolly institution*, que: “O ouro verde

215 Iraci del Nero da Costa. As populações das Minas Gerais no século XVIII: um estudo de demografia histórica. *Revista Crítica Histórica*. Ano II, nº 4, dezembro de 2011, pp. 183-84; Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica no alvorecer do século XIX. In: Francisco Vidal Luna, Iraci del Nero da Costa e Herbert Klein. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp. 41-42.

216 Affonso Ávila. *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967, vol. 1, p. 122. Há consenso de que Vila Rica tinha cerca de duas mil casas no início do século XIX. Os 100 mil habitantes que alguns autores atribuem a seu período “áureo” implicariam na média de 50 pessoas por domicílio urbano, o que é obviamente absurdo. Para uma contestação radical da penúria de Vila Rica no final do período colonial veja Roberto Martins. Vila Rica, vila pobre.

217 Esta é a primeira referência explícita que encontrei sobre as transferências. Mesmo se a lenda tiver algum autor anterior, não há dúvida de que foi Simonsen que a introduziu no *mainstream* da historiografia econômica brasileira. Veja: Roberto C. Simonsen. Aspectos da História Econômica do Café. In: Edgard Carone (comp.). *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Cia. Editora Nacional e Editora da USP, 1973, pp. 172-73, 180. Originalmente publicado na *Revista do Arquivo*, nº. LXV. São Paulo, 1940. Também publicado com o mesmo título como Separata dos Anais do Terceiro Congresso de História Nacional (IV volume). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

dos cafezais iria substituir o ouro fulvo das minerações. Em vez de estiolar-se dentro de escuras e úmidas e podres galerias subterrâneas, os escravos iriam cantar por entre aleias de cafezais ensolarados e álares e salubres”.²¹⁸

Ao escrever sobre Minas Gerais, Celso Furtado estava apenas repetindo Roberto Simonsen e, através dele, Oliveira Martins. Na *Formação Econômica do Brasil* – que declarou ter escrito em três meses, nas “sobras de tempo que ia furtando” de outros trabalhos,²¹⁹ o economista paraibano teve o autor “paulista” como única fonte sobre Minas, e produziu, em quarenta e oito linhas, a versão mais radical da suposta *via crucis* da capitania, mesmo adotando uma linguagem pretensamente “mais técnica” – com uns dois tostões de teoria econômica chinfrim – e menos colorida que a de seus antecessores.

Os três capítulos da terceira parte do livro – Economia escravista mineira (século XVIII) – têm apenas quatro notas de rodapé. Nenhuma delas tem qualquer relação com a economia de Minas. O capítulo “Regressão econômica e expansão da área de subsistência”, tem apenas duas páginas, e 62 linhas – 14 sobre a Austrália e 48 sobre Minas Gerais. Furtado não apresenta, nem no texto nem nas notas, qualquer evidência empírica, documental, ou mesmo qualquer citação bibliográfica, em suporte às afirmações, presunçosas e grosseiramente erradas, que faz. Não leu nada nada além da *História Econômica* de Simonsen, nem mesmo a obra básica de Caio Prado Júnior, que já era disponível mais de uma década antes de seu livro.²²⁰

218 Amaral. *História Geral da Agricultura*, vol. 3, p. 87. *The jolly institution* foi a expressão usada por C. Vann Woodward em artigo na *New York Review of Books*, de 2/5/1974, para ironizar a imagem da escravidão apresentada por Fogel e Engerman em *Time on the Cross*. Observe-se ainda que a maioria das lavras em Minas no século XVIII ocorreu em depósitos de aluvião, nos córregos, em grupiaras e em catas, sempre a céu aberto, sendo raras as explorações subterrâneas que mineravam na rocha matriz.

219 Rosa Freire d’Aguaiar (ed.) *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997, tomo I, pp. 331-32

220 O próprio Furtado confessa isso em sua *Obra Autobiográfica*. Em um artigo de 2008, Maurício C. Coutinho, do Instituto de Economia da Unicamp, também apontou a ignorância de Furtado sobre história e, em particular, sobre a história de Minas: “Pode-se dizer que o volume de pesquisas históricas sobre o escravismo no Brasil, dos últimos 20 anos, produziu nas hipóteses de Celso Furtado sobre a economia escravista um abalo comparável ao que havia sido provocado no modelo clássico de industrialização, anos antes, pelas abundantes evidências empíricas referentes à indústria brasileira no pré-1930 (...) Admite-se hoje que as bases empíricas dos modelos de economia escravista de *Formação Econômica do Brasil* são incompletas, inconsistentes mesmo. A constatação aplica-se com vigor ainda maior à abordagem da economia da mineração do século XVIII e, particularmente, às especulações de Furtado a respeito do destino do escravismo em Minas Gerais nos momentos subseqüentes à decadência das minas. De fato, a opinião de que a economia mineira do século XIX entrou em marasmo é desmentida pelo vigor das atividades agrícolas e, mais ainda, pelas evidências de que o contingente de escravos não decresceu ao longo do século. Ao contrário, Minas Gerais manteve-se como pólo de atração de escravos até a abolição (...) Das minas, Furtado conhecia muito pouco; e menos ainda do que sucedeu à região mineira no século XIX”. Maurício C. Coutinho. *Economia de Minas e economia da mineração em Celso Furtado*. *Nova Economia* (Belo Horizonte) 18 (3), (setembro-dezembro de 2008)

Bebendo sem cerimônia nas águas já turvas de Simonsen, afirmou que a economia de Minas Gerais setecentista era totalmente concentrada no setor minerador, que dependia de importações para seu abastecimento e que não desenvolvera atividades alternativas à extração de ouro. Assim, quando esta entrou em declínio, a crise que se instalou foi fulminante, abrangente e duradoura.

A natureza mesma da empresa mineira não permitia uma ligação à terra do tipo que prevalecia nas regiões açucareiras. O capital fixo era reduzido, pois a vida de uma lavra era sempre algo incerto. A empresa estava organizada de forma a poder deslocar-se em tempo relativamente curto. Por outro lado, a elevada lucratividade do negócio induzia a concentrar na própria mineração todos os recursos disponíveis. A combinação desses dois fatores – incerteza e correspondente mobilidade da empresa, alta lucratividade e correspondente especialização – marcam a organização de toda a economia mineira. Sendo a lucratividade maior na etapa inicial da mineração, em cada região, a excessiva concentração de recursos nos trabalhos mineratórios conduzia sempre a grandes dificuldades de abastecimento. A fome acompanhava sempre a riqueza nas regiões do ouro. A elevação dos preços dos alimentos e dos animais de transporte nas regiões vizinhas constituiu o mecanismo de irradiação dos benefícios econômicos da mineração.²²¹

Nesse trecho fica claro que Furtado imaginava que a economia mineradora era composta exclusivamente pela faiscação, ou lavagens de ouro de aluvião nos córregos, que afirma serem instáveis e incompatíveis com qualquer possibilidade de enraizamento. Obviamente o autor paraibano não fazia a menor idéia de que, independentemente das vicissitudes da atividade minerária, boa parte das lavras, depois dos primeiros anos do *rush*, mas ainda muito cedo no século XVIII, continha pesados investimentos de capital, nos vários tipos de mineração. Eram comuns custosos equipamentos fixos e maquinários, como engenhos de roda, rodas d'água, engenhos de socar pedra, rosários, e também obras civis de grande porte, como complexas canalizações de águas, “aquedutos de várias léguas”, desvios de rios, barragens, desmontes de encostas, grupiarias, catas profundas, e outras, sem mobilidade alguma. Esses equipamentos e essas obras não só tinham altos custos, como também demandavam muito tempo para sua execução. Como registrou um abalizado observador contemporâneo, “alguns mineiros fazem serviços muito importantes nas suas lavras, conduzindo águas para elas pelos regos que abrem na distância de quatro, cinco, seis e mais léguas, lhes é preciso às vezes desmontar os morros

221 Furtado. *Formação Econômica*, p. 82.

altos para chegarem ao cascalho onde está o ouro. Estes serviços custosos duram anos, no decurso dos quais, sem extrair o ouro, trabalham os mineiros levados da esperança da utilidade futura. Outros mineiros encostam os rios ou mudam a corrente deles”.²²² O autor paraibano também não fazia idéia de que, além de incorporar grandes investimentos, muitas lavras atravessavam gerações, passando como herança de pais para filhos e netos. Contra a suposta mobilidade milita também a grande ocorrência, em mais de 80% das minerações da primeira metade do século XVIII, de atividades mistas, com agricultura e pecuária, frequentemente com casas de moradia, senzalas, engenhos de cana, e outros equipamentos fixos, como já observamos. O argumento do nomadismo do empreendimento minerador como impeditivo da diversificação das atividades não tem qualquer fundamento empírico. Sobre a concentração de recursos produtivos na mineração, já vimos que, independentemente de qualquer discussão teórica, a história registrou que, em vez de disputa ou competição por capitais e escravos, o que ocorria muitas vezes era complementaridade entre a mineração e a agropecuária, favorecendo, ao invés de inibir, a diversificação.²²³

Segundo esse economista, um conjunto de circunstâncias, como a urbanização e uma melhor distribuição de renda, “tornava a região mineira muito mais propícia ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno do que havia sido até então a região açucareira. Contudo, o desenvolvimento endógeno – isto é, com base no seu próprio mercado – da região mineira, foi praticamente nulo”.²²⁴

Tamanha desinformação só poderia desaguar, como desagou, em uma das páginas mais grotescas da historiografia brasileira:

Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividade econômica – à exceção de alguma agricultura de subsistência – era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida

222 Teixeira Coelho. Instrução, p. 341. A extensão da ignorância de Furtado sobre esse tema pode ser medida pela excelente descrição e análise dos tipos de mineração que foram praticados desde os primórdios, seus equipamentos e suas obras civis, apresentada por Flávia da Mata Reis. Entre faisqueiras, especialmente pp. 96-167. Veja também, Sequeira. Memória sobre a decadência, especialmente pp. 103-104. Sobre o uso frequente de engenhos de pilões, rodas d’água, canalizações, e outros equipamentos fixos, veja ainda, Vicissitudes da Indústria Mineira (1810). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano III (1898), pp. 77-84.

223 A própria escassez e alto preço dos alimentos nas áreas mineradoras indica que o investimento local em abastecimento teria alto retorno econômico. Além de mau historiador, Furtado se revela mau economista, não percebendo que o surgimento de uma agricultura mercantil de abastecimento era inevitável, dada a dinâmica implacável dos preços relativos. Voltaremos adiante ao tema da “articulação econômica” das regiões da colônia pela demanda da região mineradora.

224 Furtado. *Formação Econômica*, p. 86.

e geral decadência. Na medida em que se reduzia a produção, as maiores empresas se iam descapitalizando e desagregando. A reposição da mão de obra escrava já não se podia fazer, e muitos empresários de lavras, com o tempo, se foram reduzindo a simples faiscadores (...) Todo o sistema se ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência (...) na mineração a rentabilidade tendia a zero e a desagregação das empresas produtivas era total. Muitos dos antigos empresários transformavam-se em simples faiscadores e com o tempo revertiam à simples economia de subsistência. Uns poucos decênios foram necessários para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunicações e isolando-se os pequenos grupos uns dos outros (...) Dessa forma, uma região cujo povoamento se fizera dentro de um sistema de alta produtividade (...) involuiu numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência. Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem européia (...) Na região do ouro a depressão é particularmente profunda e se estenderá pela primeira metade do século seguinte.²²⁵

Além de outras asneiras que discutiremos ao longo deste texto, a lenda da ruína econômica geral dos mineradores é mais uma criação da imaginação de Furtado. Como em qualquer outra atividade econômica, em qualquer parte do Brasil, havia mineradores bem-sucedidos e mineradores fracassados, mineradores que enriqueceram e mineradores que faliram. Muitos dos antigos mineradores permaneceram na elite econômica do Sudeste brasileiro. Alguns se tornaram pioneiros do café no vale fluminense, outros foram financiadores da implantação desse setor e da importação de seus escravos. Stanley Stein afirma que “among the earliest Vassouras settlers were Mineiros who came south to the “forest of Rio”, from São João d’el Rey and Barbacena with enough capital to furnish credits to the first coffe planters for the purchase of slaves”.²²⁶ Outros simplesmente mudaram de vida e de ocupação, e continuaram ricos ou nos setores agrícola e comercial. Alguns seguiram ricos na

225 Furtado. *Formação Econômica*, pp. 91-93, 99.

226 Segundo Stein, os arquivos de Vassouras contêm registros de tais transações feitas por Francisco José Teixeira Leite, Custódio Ferreira Leite, Joaquim José Teixeira Leite, Floriano Leite Ribeiro, e outros. Stein. *Vassouras*, pp. 73-74.

própria mineração, ou riquíssimos, na região diamantina. Houve ainda os que venderam suas minas por altas somas aos ingleses.²²⁷

Mais adiante, ainda colado nos passos de Simonsen, Furtado afirma que, com o declínio da mineração, os escravos tornaram-se “redundantes” ou “ociosos”, e foram transferidos para a cultura do café que surgia no vale do Paraíba, possibilitando a arrancada deste setor:

Ao transformar-se o café em produto de exportação, o desenvolvimento de sua produção se concentrou na região montanhosa próxima da capital do país. Nas proximidades dessa região, existia relativa abundância de mão de obra, em consequência da desagregação da economia mineira”. Os empresários “encontravam no café uma oportunidade para utilizar recursos produtivos semi-ociosos desde a decadência da mineração (...)

Como em sua primeira etapa a economia cafeeira dispôs do estoque de mão de obra escrava sub-utilizada na região da antiga mineração, explica-se que seu desenvolvimento haja (sic) sido tão intenso, não obstante a tendência pouco favorável dos preços.²²⁸

Na *Obra Autobiográfica*, publicada em 1997, retorna ao tema, afirmando que “A primeira fase de expansão [do café], localizada nas terras montanhosas das cercanias da cidade do Rio de Janeiro, prolongando-se na Zona da Mata mineira, beneficiou-se do estoque de mão-de-obra (principalmente escrava) existente nas antigas regiões mineiras e da fase final do tráfico. No início, destarte, o café alimenta-se da decadência da mineração”²²⁹

227 É claro que o economista paraibano não sabia nada disso. Além disso, já mostramos, em Vila Rica, vila pobre, que o perfil dos faiscadores do início do século XIX era totalmente incompatível com os atributos dos mineradores do meado do século XVIII, conforme a amostra estudada por Flávia Maria da Mata Reis. Ou seja, os faiscadores do começo dos 1800, não eram empresários mineradores decaídos do final dos 1700. A ignorância e a desfaçatez de Furtado sobre a história de Minas se declara em cada frase de seu texto. Assim, por exemplo, a “população principalmente de origem européia” a que se refere, era constituída por 78% de afrodescentes (livres e escravos) em 1776; 82% em 1786; e 81% em 1805, segundo os melhores dados disponíveis.

228 Furtado. *Formação Econômica*, pp. 122-23.

229 Veja, Aguiar. *Obra Autobiográfica*, tomo I, p. 338. É interessante observar que o adendo de que o setor cafeeiro se aproveitou também “da fase final do tráfico”, não se encontra em nenhuma das edições de *Formação Econômica do Brasil*. Até a publicação de 1997, Furtado afirmava que na implantação do café foram utilizados apenas escravos liberados pela mineração decadente. Parecia ignorar que o setor cafeeiro em formação no vale do Paraíba foi um dos principais destinos do tráfico atlântico após a independência, quando o Brasil importou mais escravos do que em qualquer outro período equivalente, cerca de três quartos dos quais desembarcaram no Sudeste.

Diferentemente de Furtado, Antônio de Barros Castro, outro economista de extração cepalina, leu alguma coisa sobre Minas Gerais. Mas, ao fim e ao cabo, é tão sentencioso, gongórico – e equivocado – quanto o autor paraibano. Seu ensaio de 1967, *A Herança Regional no Desenvolvimento Brasileiro*, já antecipa no título da seção – *A Região das Minas: retrocesso e dispersão após a crise* – sua visão do processo.

Barros Castro minimiza as atividades mercantis de abastecimento surgidas na comarca do Rio das Mortes, assume a tese da decadência dos núcleos urbanos, afirma que o café resgatou parte da província, e embarca na lenda da transferência de escravos da mineração para o café.

“Foi sem dúvida o café que, expandindo-se impetuosamente pelo Vale do Paraíba, criou uma alternativa comercialmente válida para o reaproveitamento da mão-de-obra (...) Seu ingresso triunfante nas terras do Sul de Minas e da Zona da Mata, no terceiro decênio do século XIX (...) daria lugar a uma atividade exportadora, que proveria a região mineira de um novo centro de gravidade.” Entretanto, “a invasão cafeeira (...) não lograria rearticular o todo mineiro (...) não se assentando sobre as bases histórico-geográficas da mineração e não logrando, efetivamente, reabsorver as correntes centrífugas que nasceram do seu declínio, permitiria que estes “restos” históricos atravessassem o século XIX num processo vegetativo de crescimento e chegassem ao século XX como peças soltas de uma vasta região acéfala e inarticulada”.

Seu esforço para explicar o fracasso da industrialização que, na sua mente cepalina, deveria ter se seguido ao estrangulamento da capacidade de importar, atinge a raia do delírio, ao atribuir ao alvará de 1785 – “veto metropolitano à busca de compensação industrial para o declínio das minas” – o papel protagonista, de causa profunda da Inconfidência Mineira, relegando a uma posição secundária, de mero estopim da conjuração, as dívidas dos contratadores, a asfixia fiscal e as ameaças de derramas.²³⁰

230 Antônio de Barros Castro. *A Herança Regional no Desenvolvimento Brasileiro*. In: Antônio de Barros Castro. *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980, vol. II, pp. 30-31 e 33. As aspas são do autor. O fomento da manufatura era sim parte do programa dos inconfidentes, mas o alvará de 1785 não foi, nem de longe, a motivação principal do movimento. Essa posição de Castro só se explica pelo fetiche industrializante da Cepal, que igualava indústria a desenvolvimento, em oposição a agricultura e subdesenvolvimento, ou atraso. Vale lembrar ainda que, como demonstramos *ad nauseam* na tese, na região sul de Minas o café só adquiriu qualquer expressão a partir do final do século XIX e na república. Registre-se também que Castro se vale, às vezes, de fontes nada confiáveis, como, por exemplo, o português demente Oliveira Martins.

O enorme sucesso de *Formação Econômica do Brasil*, alçado a uma espécie de bíblia da história econômica da pátria, entronizou na historiografia brasileira a tese da crise e involução de Minas Gerais, e todos os seus corolários – transferências de escravos para o café, surto de alforrias, decadência urbana, diáspora rural, empobrecimento da população, e outros – que passaram a ser repetidos, no todo ou em parte, sem contestação, por quase todos os historiadores subsequentes – mineiros, brasileiros, brasilianistas, economistas e não-economistas, muito importantes, importantes, obscuros e medíocres – durante várias décadas.

UMA NOVA HISTÓRIA DE MINAS

Nas duas últimas décadas do século passado e no início do atual, essa visão foi completamente superada, e hoje nem a ideia do domínio ou centralidade do setor minerador – o “ciclo do ouro” – nem o cenário de uma depressão econômica na esteira do seu declínio, são aceitos pela historiografia de boa qualidade.

No tocante ao século XIX, *Growing in Silence* inaugurou, em 1980, um ciclo revisionista que foi confirmado, consolidado e aprofundado por outros historiadores, vinculados ou não ao movimento gerado por ela, e afastou definitivamente a possibilidade de ter ocorrido uma depressão na economia mineira seja nas primeiras décadas, seja ao longo de todo o Império.

Entre os principais autores desta revisão, repito – ligados ou não aos debates provocados por *Growing in Silence* – e sempre com o risco de omissões, podemos mencionar, Douglas Cole Libby, Maria do Carmo Salazar Martins, Amilcar Vianna Martins Filho, Clotilde Andrade Paiva, Afonso de Alencastro Graça Filho, Marcelo Magalhães Godoy, Marcos Lobato Martins, Mário Marcos Sampaio Rodarte, Fábio W. A. Pinheiro, Marcos Ferreira de Andrade, Tarcísio Rodrigues Botelho, Cristiano Corte Restitutti, Marshall Eakin, Fábio Carlos da Silva, Anderson Pires, Paula Chaves Teixeira, Lidiany Silva Barbosa, Francisco Eduardo de Andrade, Alexandre Mendes Cunha, Leandro Braga de Andrade, Daniel do Val Cosentino, Carlos de Oliveira Malaquias e Martha Rebelatto.

DIVERSIFICAÇÃO PRECOCE

O período colonial também foi inteiramente passado a limpo. Existe hoje um forte consenso de que a economia da capitania viveu um processo de diversificação desde os primeiros anos da ocupação do território, com o desenvolvimento, ao lado

do setor minerador, de atividades de agricultura, pecuária, comércio, serviços e manufatura, em todas as regiões.

Mencionei essa diversificação em vários lugares da tese: “Era natural, portanto, que núcleos de agricultura de subsistência e fazendas de gado começassem a se desenvolver ao redor das áreas mineradoras e ao longo das principais rotas comerciais. Vários colonos acharam mais lucrativo cultivar feijão, milho, mandioca e batata doce, ou criar porcos, gado e aves para vender aos mineradores do que revirar a terra em busca de ouro”. Citei sobre isso Zemella, Costa Filho, Singer e Maxwell, e afirmei que “a diversificação da economia regional foi, portanto, concomitante com a expansão da mineração e representou, inicialmente, uma resposta à demanda gerada pelos setores urbanos e mineradores”. Mas não lhe dei a atenção que merecia, porque não percebera o alcance de suas implicações. A própria historiografia da época, incluindo os autores que a mencionavam, também não tinha uma percepção correta de seu significado.

Hoje não tenho dúvida de que a consolidação da tese da diversificação precoce, no século XVIII, é o avanço mais importante da historiografia econômica sobre Minas Gerais nas últimas décadas. É a chave para o descarte da idéia de crise e decadência no final do período colonial e para o entendimento da estrutura econômica e da prosperidade da província no século XIX.

Em economias monocultoras, exportadoras de produtos primários e dependentes de mercados externos, podem acontecer grandes desastres em muitas situações. Nesses sistemas pode ocorrer um colapso da demanda externa, como foi o caso do café em 1929. Sua oferta pode ser deslocada por competidores mais eficientes, como aconteceu, em diferentes épocas, com as economias açucareira e algodoeira do Brasil. Pode ser destruída por pragas incontroláveis, ou talvez suplantada por substituição tecnológica, como foi o caso do guano no Peru, que não resistiu aos fertilizantes químicos e sintéticos.

Porém, uma economia diversificada, com milhares de produtores espalhados por uma enorme área geográfica, em ambientes naturais variados, produzindo alimentos e outros artigos básicos para milhares de consumidores em seu próprio mercado ou em mercados vizinhos dentro do mesmo país, não é suscetível a crises gerais ou colapsos. Nessa economia não pode haver colapso da demanda, nem malogro generalizado da oferta, por secas, desastres naturais ou outros cataclismas. Nem uma exaustão geral das terras ou depleção geral simultânea de jazidas minerais. Nem interrupção de linhas de comércio por guerras, bloqueios comerciais, ou outras questões políticas. Ela pode passar por crises localizadas,

por quebras locais de colheitas, por escassez ou excesso de chuvas, pelo esgotamento de algum recurso natural específico, ou por conflitos locais. Mas isso não afeta senão a localidade, ou a atividade em crise, e jamais o conjunto do sistema econômico.

Foi exatamente isso que aconteceu em Minas quando rareou o ouro de aluvião. Não poderia haver, e não houve, nenhum colapso, nenhuma ruína completa, nenhuma desgraça global e generalizada como pregavam os historiadores catastrofistas. Porque o edifício não era sustentado por um único pilar. A economia já era diversificada, havia várias décadas. Já se haviam enraizado em Minas milhares de núcleos de atividade primária, secundária e terciária. Atividades rurais e urbanas, agrícolas, pecuárias, artesanais, manufatureiras, comerciais e de serviços.

O ouro minguou e a vida seguiu em frente. Certamente nem tudo era brilhante – no final da era colonial haveria, com certeza, no vasto mosaico mineiro, localidades prósperas e localidades pobres, lugares em crescimento e lugares estagnados, lugares integrados aos mercados e ao mundo atlântico, e lugares isolados, fechados sobre si. Havia, como em toda parte, avanço e atraso, modernidade e arcaísmo. Minas tinha uma vida econômica normal, tão próspera quanto qualquer outra parte da colônia, mais próspera que a maioria. A tragédia da prostração e da miséria só existiu nas cabeças do português, do “paulista”, e do paraibano (e de seus seguidores).

Os historiadores mineiros do século XX são, frequentemente, muito imprecisos com relação à linha do tempo. Muitas vezes é impossível saber se estão falando dos primeiros anos, das primeiras décadas, da primeira metade, ou de todo o século XVIII. Mas de maneira geral, aderem à visão de uma economia concentrada na mineração de ouro e dependente de importações para seu abastecimento. Em um texto de 1957, João Dornas Filho menciona frouxamente a existência de uma oferta local de mantimentos, ao mesmo tempo em que afirma o desdém dos habitantes pelos “moderados mas seguros lucros da agricultura”.²³¹ No ano seguinte, o mesmo autor escreveu que a capitania importava 90% de tudo que consumia, porque os mineiros “não achavam razoável deslocar um escravo para a agricultura, quando esse mesmo escravo, empunhando a bateia, dava lucro cem vezes maior ao seu senhor”.²³² Ainda em 1958, Francisco Iglésias afirmava que o século XVIII

231 João Dornas Filho. *O Ouro das Gerais e a Civilização da Capitania*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, pp. 12-13.

232 João Dornas Filho. *Aspectos da Economia Colonial*. 2ª. edição: Belo Horizonte: Itatiaia, 1959, pp. 22-23 [1ª. edição: Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958].

foi essencialmente minerador, que na capitania desenvolveu-se apenas uma “agricultura de subsistência”, e só no século seguinte, “quando, com a decadência das minas se desfez o engano (...) dos primeiros tempos, a agricultura se impôs”, como alternativa para o esgotamento daquele setor.²³³ Na posição de que a agricultura surgiu apenas como um recurso de sobrevivência diante da crise da mineração, coloca-se também Miran de Barros Latif, ao escrever que, ao se tornarem “raras as jazidas altamente rendosas, começa a haver sobra de braço escravo. Os senhores de lavras e engenhos de soca resignam-se a cuidar da agricultura”.²³⁴ Outros autores mineiros, como Washington Albino, João Camillo de Oliveira Torres, e Waldemar de Almeida Barbosa, também abraçam, com maior ou menor firmeza, as teses do desatino pelo ouro, da concentração na mineração, da agricultura tardia e da dependência de suprimentos externos.²³⁵

Entretanto, a propalada crise do final dos setecentos foi apenas a crise de uma única atividade, entre as muitas que havia. E também, é claro, uma crise da arrecadação dos quintos, terrível para Portugal, não para Minas Gerais. O declínio da mineração expôs a fragilidade e a dependência da economia portuguesa, levando pânico e desolação ao governo e aos círculos intelectuais daquele país. Nada mais que isso – problema deles, não nosso. A tragédia relatada pelos quatro cavaleiros do falso apocalipse – Oliveira Martins, Simonsen, Furtado e Barros Castro – e por seus acólitos menores, só poderia ter acontecido se, como queria Furtado, não se houvessem “criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividade econômica” e o setor minerador em colapso fosse a única ocupação da capitania. Mas não foi isso o que sucedeu, como veremos abaixo.

A reviravolta historiográfica tem antecedentes nos meados do século XX, mas se deve principalmente ao trabalho de historiadores mineiros não-economistas nas duas últimas décadas daquele século e no início do atual.²³⁶ Não é obra de nenhum autor em particular, e muito menos minha: o que apresento abaixo é apenas uma leitura pessoal do trabalho de muita gente. Não é possível detalhar aqui toda a

233 Iglésias. *Política Econômica*, pp. 61-62, 80

234 Miran de Barros Latif. *As Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Agir, 1978, p. 81.

235 Vejam-se, por exemplo, Washington Albino Peluso de Souza. *A estrutura sócio-econômica do ciclo do ouro*. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: UFMG, 1965; João Camillo de Oliveira Torres. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, 1961; Waldemar de Almeida Barbosa. *A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração*. Belo Horizonte: UFMG/Centro de Estudos Mineiros, 1971.

236 Um bom survey dessa questão e da literatura até a data da publicação do artigo pode ser encontrado em Douglas Cole Libby. O apelo de Maria Yedda e a História Econômica das Minas setecentistas. In: Silva et al. (orgs.) *Escritos sobre História e Educação*.

trajetória dessa mudança, nem as nuances da contribuição de cada um, mas podemos ressaltar alguns momentos mais marcantes, mesmo sabendo que haverá omissões. Registre-se ainda que essa listagem se limita ao campo da história econômica e que, na obra de cada um desses autores, anoto aqui apenas aquilo que, na minha opinião, pareceu ser mais importante sobre o tema da precoce diversificação econômica de Minas.

Entre os precursores, destaco, em ordem cronológica, Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia* (1942); Caio Prado Júnior. *História Econômica do Brasil* (1945); Mafalda Zemella. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. Tese de doutorado USP 1951, publicada em 1990; Daniel de Carvalho.²³⁷ *A Formação Histórica das Minas Gerais* (1956); Daniel de Carvalho. *Ensaio de Crítica e História* (1964); Miguel Costa Filho. *A Cana de Açúcar em Minas Gerais* (1963); Paul Singer. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana* (1968); C. R. Boxer. *The Golden Age of Brazil. 1695-1750* (1969); Kenneth R. Maxwell. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808* (1973); Maria Yedda Leite Linhares. O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência. In: *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial* (1979).²³⁸

Entre os trabalhos mais recentes e, na minha opinião, mais decisivos na construção da nova interpretação do século XVIII, podemos listar, em primeiro lugar,

237 Dentre os precursores da tese da diversificação precoce da economia mineira, tenho admiração especial por Daniel Serapião de Carvalho. Funcionário público, político (deputado estadual, federal, constituinte de 1946), secretário de estado, ministro da agricultura, e acadêmico bissexto, esse autor foi capaz de produzir trabalhos importantes e visões pioneiras sobre a história de Minas. Hoje quase inteiramente desconhecido nos círculos universitários, contestou veementemente o modelo dos “ciclos” e insistiu na especificidade e na diversificação da economia mineira tanto no século XVIII como no XIX. Apontou de forma incisiva a precocidade da agricultura, a importância do seu comércio interno, da rede de cidades e da economia urbana. Segundo Carvalho, Minas era uma “colméia de trabalho variado cujos produtos se destinavam mais ao consumo interno que à exportação (...) No estudo da economia brasileira, de que a de Minas Gerais é um capítulo interessante pelas suas peculiaridades só se tem levado em conta a produção exportável. Não se toma conhecimento do comércio interno e muito menos da produção para consumo das fazendas e das famílias patriarcais das cidades”. Veja: Carvalho. *Formação Histórica*, pp. 45-49; e Carvalho. *Ensaio*, pp. 47-85.

238 Já citei anteriormente as referências completas dos trabalhos de Caio Prado Júnior, Daniel de Carvalho, Miguel Costa Filho, Charles Boxer e Maria Yedda Linhares. As referências de Zemella, Singer e Maxwell são as seguintes: Mafalda Zemella. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990; Paul Singer. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Cia, Editora Nacional e Edusp, 1968; Kenneth R. Maxwell. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808*. Cambridge: At the University Press, 1973. Os textos de Caio Prado, Zemella, Singer e Maxwell contêm muitas ambiguidades e vacilações sobre a natureza, a extensão e o timing desse processo. Às vezes parecem ter medo de se afastar do dogma do “ciclo do ouro”, mas não quero discutir essas questões aqui, apenas registrar que existem. Não obstante, não há dúvida de que esses autores descrevem aspectos da diversificação da economia mineira colonial.

os artigos pioneiros de Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis, *Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700-1750)*²³⁹ e *Agricultura e Caminhos de Minas (1700/1750)* (1987).²⁴⁰ Em seguida, João Antônio de Paula. *O Prometeu no sertão: economia e sociedade na capitania das Minas dos Matos Gerais*. Tese de Doutorado, USP 1988; Caio C. Boschi. *Nem tudo o que reluz vem do ouro* (1996)²⁴¹; Angelo Alves Carrara. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese de Doutorado, UFRJ 1997, publicada em 2007²⁴²; José Newton Coelho Meneses. *O Continente Rústico: Abastecimento Alimentar na Comarca do Serro Frio (1750-1808)*. Dissertação de Mestrado, UFMG 1997, publicada em 2000²⁴³; José Newton Coelho Meneses. *Artes fabris e serviços banais. Oficiais mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime. 1750-1808*. Tese de Doutorado, UFF 2003, publicada em 2013²⁴⁴; Júnia Ferreira Furtado. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas* (1999)²⁴⁵; Flávia Maria da Mata Reis. *Entre faisqueiras, catas e galerias: Explorações do ouro, leis e cotidiano das Minas do século XVIII (1702-1762)*. Dissertação de Mestrado, UFMG 2007; Carla Maria Carvalho de Almeida. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*. Tese de Doutorado, UFF 2001, publicada em 2010²⁴⁶; Raphael Freitas Santos. *Minas com Bahia: Mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista*. Tese de doutorado em História, UFF 2013; Raphael Freitas Santos. *Um estudo sobre os padrões de posses de escravos em Minas Gerais (1713-1773)* (2004)²⁴⁷; e Raphael Freitas Santos. *Para Além do Ouro: dinâmica*

239 Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis. *Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700-1750)*. *Revista do Departamento de História da UFMG*, nº. 2 (junho de 1986).

240 Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis. *Agricultura e Caminhos de Minas (1700/1750)*. *Revista do Departamento de História*, nº. 4 (junho de 1987).

241 Caio César Boschi. *Nem tudo que reluz vem do ouro*. In: Tamás Szmrecsányi (org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 1996.

242 Angelo Alves Carrara. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora da UFF, 2007.

243 José Newton Coelho Meneses. *O Continente Rústico. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

244 José Newton Coelho Meneses. *Artes fabris e ofícios banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das vilas de Minas Gerais (1750-1808)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

245 Júnia Ferreira Furtado. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

246 Carla Maria Carvalho de Almeida. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argmentvm Editora, 2010.

247 Raphael Freitas Santos. *Um estudo sobre os padrões de posses de escravos em Minas Gerais (1713-1773)*. In: ABPHE. II Encontro de Pós-Graduação em História Econômica (Niterói 2004).

econômica e produção rural em uma região central da capitania de Minas Gerais (2010)²⁴⁸. Veja também Gilberto Guerzoni Filho. Política e crise do sistema colonial em Minas Gerais (1768- 1808). Dissertação de Mestrado, DCP-UFMG 1983, publicada em 1986²⁴⁹; Fernando Lamas. Para além do ouro das Gerais: outros aspectos da economia mineira no setecentos²⁵⁰; Cláudia Maria das Graças Chaves. Perfeitos negociantes: Mercadores das Minas setecentistas. Dissertação de Mestrado, UFMG 1995, publicada em 1999²⁵¹; Andrea Lisly Gonçalves e Iris Kantor. *O trabalho em Minas Colonial* (1996)²⁵²; Andréa Lisly Gonçalves. Escravidão, Herança Ibérica e Africana e as técnicas de mineração em Minas Gerais no século XVIII (2004)²⁵³; Marco Antônio Silveira. *O Universo do Indistinto. Estado e Sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)* (1997)²⁵⁴; Douglas Cole Libby. Reconsidering textile production in late colonial Brazil: New evidence from Minas Gerais (1997)²⁵⁵; Eduardo França Paiva. *Escravidão e universo cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789* (2001)²⁵⁶; Flávio Marcus da Silva. Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Tese de Doutorado UFMG 2002, publicada em 2008²⁵⁷; Adriana Romeiro. Os sertões da fome: a história trágica das minas de ouro em fins do século XVII (2008)²⁵⁸; Mônica Ribeiro de Oliveira. Avô imigrante, pai lavrador, neto cafeicultor: análise de trajetórias intergeracionais na

248 Raphael Freitas Santos. Para Além do Ouro: dinâmica econômica e produção rural em uma região central da capitania de Minas Gerais. *História: Debates e Tendências (Passo Fundo)*, v. 9, 2010.

249 Gilberto Guerzoni Filho. *Política e Crise do Sistema Colonial em Minas Gerais (1768-1808)*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 1986.

250 Fernando Gaudereto Lamas. Para além do ouro das Gerais: outros aspectos da economia mineira no setecentos. *Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada*, vol. 3, n. 4 (janeiro-junho de 2008).

251 Cláudia Maria das Graças Chaves. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

252 Andrea Lisly Gonçalves e Iris Kantor. *O trabalho em Minas Colonial*. 2ª. ed. São Paulo: Atual, 1996.

253 Andréa Lisly Gonçalves. Escravidão, herança ibérica e africana e as técnicas de mineração em Minas Gerais no século XVIII. In: Cedeplar-UFMG. *XI Seminário sobre a economia Mineira (Diamantina 2004)*.

254 Marco Antônio Silveira. *O Universo do indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

255 Douglas C. Libby. Reconsidering Textile Production in Late-Colonial Brazil: New Evidence from Minas Gerais. *Latin American Research Review*, vol. 32, Number 1 (1997).

256 Eduardo França Paiva. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

257 Flávio Marcus da Silva. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008

258 Adriana Romeiro. Os sertões da fome: a história trágica das minas de ouro em fins do século XVII. *Saeculum – Revista de História* [19] João Pessoa, jul-dez. 2008.

América Portuguesa (séculos XVIII e XIX) (2011)²⁵⁹; Mônica Ribeiro de Oliveira. Famílias dos Sertões da Mantiqueira (2012)²⁶⁰; Crislayne Gloss Marão Alfagali. *Em casa de ferreiro pior apeiro: os artesãos do ferro em Vila Rica e Mariana no século XVIII*. Dissertação de Mestrado, Unicamp 2012; Régis Clemente Quintão. Sob o “Régio Braço: a Real Extração e o abastecimento no Distrito Diamantino (1772-1805)”. Dissertação de Mestrado, UFMG 2017; Fabiano Gomes da Silva. Pedra e Cal: Os Construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800). Dissertação de Mestrado, UFMG 2007; Marco Aurélio Drumond. Indumentária e Cultura Material: Produção, comércio e usos na Comarca do Rio das Velhas (1711-1750). Dissertação de Mestrado, UFMG 2008; Renato Pinto Venâncio e Cláudia Damasceno Fonseca. Vila Rica e a noção de “grande cidade” na transição do Antigo Regime para a época contemporânea (2014).²⁶¹

A nova história da economia colonial de Minas que é contada por essa nova historiografia pode ser resumida mais ou menos assim: Desde o início da colonização começaram a surgir, ao lado da mineração, atividades agrícolas e pecuárias, de comércio, de manufatura e de serviços. Bem cedo no século XVIII, Minas Gerais atingiu a autossuficiência alimentar e já em meados desse século começou a exportar produtos agropecuários para outras capitanias, especialmente para o Rio de Janeiro. No final da centúria, a capitania tinha, ao contrário da tolice de Furtado, *a economia mais diversificada da colônia*.

Ao longo do período colonial, Minas ostentou, além da mineração de ouro e de diamantes, uma agricultura madura e diversificada, com milhares de produtores em todas as regiões. Boa parte do setor era mercantil e escravista, voltada para o abastecimento de seu próprio mercado interno e de mercados vizinhos. Produzia grandes quantidades de milho, feijão, mandioca, arroz, e outros vegetais, que eram processados em farinhas, fubá, polvilho, tapioca e outros derivados.²⁶² Havia

259 Mônica Ribeiro de Oliveira. Avô imigrante, pai lavrador, neto cafeicultor: análise de trajetórias intergeracionais na América Portuguesa (séculos XVIII e XIX). *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27, nº. 46 (jul-dez 2011).

260 Mônica Ribeiro de Oliveira. Famílias dos sertões da Mantiqueira. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLVIII (jan-dez. 2012).

261 Renato Pinto Venâncio e Cláudia Damasceno Fonseca. Vila Rica e a noção de “grande cidade” na transição do Antigo Regime para a época contemporânea. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 20, n. 1 (2014).

262 O milho era um combustível vital para toda a economia. Sem grandes quantidades desse grão não existiria a tropa de mulas, único sistema de transporte terrestre de longa distância no sudeste brasileiro. Não existiria o angu, componente básico da dieta dos escravos e sua principal fonte de calorías. Sem o milho também não haveria o porco nem o toucinho, e nem a palha do pito.

centenas de engenhos de açúcar, cachaça e rapadura. Entre as culturas não-alimentares, plantava-se mamona, cujo azeite era universalmente usado para iluminação, e fumo, processado e consumido localmente e exportado, desde o início do XVIII. Um grande cultivo de algodão alimentava uma vasta e disseminada indústria têxtil doméstica, na qual milhares de fiadeiras e tecedeiras produziam panos, mantas, cobertores e outros artigos, que eram consumidos em casa, vendidos ou exportados. Uma pecuária de bom nível criava gado bovino, porcos, carneiros, aves, e bestas de carga. Seus produtos eram consumidos internamente e exportados, *in natura* ou transformados em queijos, banha, toucinho, sebo, lã, couros e solas. Na área manufatureira, além da produção têxtil, havia fundições e forjas nas quais o ferro nativo ou importado era transformado em ferramentas, ferragens diversas e utensílios domésticos. Nas cidades e nos estabelecimentos rurais, milhares de mestres e oficiais, artesãos e artífices, livres e escravos, exerciam dezenas de ofícios, prestando serviços e fabricando uma imensa variedade de artigos de tecido, couro, madeira, cerâmica, ferro, latão e outros metais.

O setor extrativista produzia medicamentos, madeiras, cal, pedras de cantaria e outros materiais de construção. Um animado comércio intra-urbano, urbano-rural, entre as regiões, e com as outras capitânicas, ocupava tropeiros, negociantes de fazenda seca, de molhados, de gado e de escravos, de diversos portes, além de taverneiros, vendeiros, donos de ranchos e estalajadeiros. Na área dos serviços havia boticários, cirurgiões, médicos, parteiras, advogados, rúbulas, professores, artistas, arquitetos, músicos, compositores, financistas, eclesiásticos, meretrizes, funcionários públicos e outras ocupações de colarinho branco. Longe de estarem em colapso, no final do século os núcleos urbanos funcionavam normalmente – alguns eram maiores e tinham funções mais complexas do que no auge da produção mineral. Vários desses núcleos tinham uma vida artística e cultural sofisticada e movimentada. Uma intensa e elaborada atividade de construção civil e religiosa, sobretudo na segunda metade do século, mobilizava várias espécies de oficiais, artesãos especializados, e artistas. Os setores de atividade e as ocupações eram intrincadamente entrelaçados, havendo unidades produtivas que desenvolviam simultaneamente duas, três e até mais atividades, e muitas pessoas que exerciam múltiplas ocupações. Minas era inteiramente autossuficiente na produção de alimentos, e exportava excedentes para seus vizinhos.

Os contemporâneos viviam essa realidade, e se referiram a ela frequentemente em seus escritos. O matemático e naturalista Antônio Pires da Silva Pontes Leme, por exemplo, observou, em carta ao ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, anterior a 1800, que em Minas não eram produzidos apenas gêneros “em bruto”, como

nas outras capitanias, mas também alimentos processados e manufaturas: “as Minas Gerais são hoje no continente da nossa América, o país das comodidades da vida; não se encontram em outras capitanias mais que a riqueza dos gêneros em bruto, algodão, arroz, açúcar, cacau, café, mas não há mãos intermédias (...) enquanto nas Minas Gerais uns vivem de cultivar as maçãs da Europa, os pêssegos, os marmelos, outros de os beneficiar em doces, outros de fazer sabão, outros mesmo de fazer calçado de couro e de pau, muitos de preparar as carnes de porco, outros de vaca, outros de queijos.”²⁶³

Um texto sobre Goiás, em 1806, registrava, com uma indisfarçável ponta de inveja, que a capitania de Minas Gerais tinha grande produção de “muare, algodão, couro, sola, queijo, marmelada, carne de porco, boiada, etc., além da fabricação de todos os tecidos em lã, algodão, chapéus, e louça”, e que “consequia exportar sua produção, mesmo sendo proibidas as manufaturas”.²⁶⁴

O padre José Manuel de Sequeira, em sua memória de 1802, também anotou que a capitania de Minas “tem mandado carregações de queijos, toucinhos, carnes salgadas de porco, e tabaco em rolo” para o Rio de Janeiro.²⁶⁵

A capitania não produzia apenas bens finais de consumo. Além da maior parte das matérias primas e dos insumos que utilizava, eram produzidos localmente bens intermediários e de capital, como ferramentas para agricultura, mineração e construção, equipamentos para o beneficiamento da produção agrícola (moinhos, pilões, monjolos, engenhos de farinha, engenhos de azeite), engenhos de serra, estruturas e equipamentos para os engenhos e engenhocas de cana, equipamentos de transporte, teares, e equipamentos usados na mineração, como complexas rodas hidráulicas, rosários, sarilhos e engenhos de pilões para socar minério.²⁶⁶ Além de alimentos, outros produtos e serviços essenciais, produziam-se muitos artigos e serviços supérfluos, e até de luxo.²⁶⁷

263 Antônio Pires da Silva Pontes Leme. Memória sobre a utilidade publica em se extrair o ouro das minas e os motivos dos poucos interesses que fazem os particulares, que minerão igualmente no Brazil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano I, fascículo 3 (julho-setembro de 1896), p. 419.

264 AHU, Códice 2109. Reflexões econômicas sobre as tabelas da Capitania de Goiás em 1804 e feitas em 1806”. (todo o código). Lisboa. Citado por Cláudia Maria das Graças Chaves. A construção do Brasil. Projetos de integração da América portuguesa. *Revista de História* 147 (2002), p. 151.

265 Sequeira. Memória sobre a decadência, p. 99

266 Sobre isso veja especialmente, Meneses. *O Continente Rústico*, pp. 228-38; Flávia Reis. Entre faisqueiras; e Alfagali. *Em casa de ferreiro*.

267 Para alguns exemplos de bens e serviços de luxo produzidos em Vila Rica no final do período colonial, veja Roberto Martins. Vila Rica, vila pobre.

Essa diversificação conferiu autonomia ao sistema econômico, tornando-o independente do destino do setor minerador de ouro, e afastando qualquer possibilidade de uma crise generalizada quando aquele entrou em declínio. A não-decadência da capitania no final da colônia e a saúde econômica da província no início do século XIX, descrita em meu trabalho de 1980, não nasceram do vácuo – elas tiveram sua origem na diversificação ocorrida ao longo do dezoito.

A visão de uma economia colonial diversificada, em contraposição à exclusividade ou centralidade do setor minerador, é atualmente pacífica na esfera acadêmica. Nas palavras de uma destacada historiadora, “a imagem clássica da economia mineira como assentada exclusivamente na mineração não faz mais sentido. Hoje sabemos que se tratava de economia extremamente diversificada, voltada para a agricultura, a pecuária e o comércio. A mineração nem mesmo foi a principal atividade econômica da nossa região”.²⁶⁸ Podemos dizer hoje, sem medo de errar, que o conceito de um “ciclo do ouro” – uma era econômica centrada, dependente e revolvendo em torno da extração mineral, não passa de um grande equívoco. Talvez, aos olhos de Portugal, tenha havido um tempo que merecesse esse nome, mas da perspectiva da história econômica de Minas nunca existiu tal coisa.

Persistem, entretanto, divergências nas visões sobre o timing e a trajetória do processo de diversificação. Alguns historiadores, mesmo sem abraçar a tese de crise ou decadência geral, postulam a ocorrência de grandes transformações nas décadas finais do setecentos, e acreditam que isso foi uma resposta adaptativa, ou uma “fuga da mineração” (como diziam os mais antigos), que teria sido deflagrada pela própria derrocada do setor aurífero. Ou seja, afirmam, propositalmente ou não, que a diversificação teria sido um processo de substituição de importações desencadeado pela restrição da capacidade de importar, nos moldes do modelo cepalino dos “choques adversos” sobre o início da industrialização brasileira.²⁶⁹ Essa visão encerra um claro mimetismo, consciente ou inconsciente, desse modelo, que foi dominante durante muito tempo.

Curiosamente, nenhum dos dois economistas mais ligados à Cepal, defende a ocorrência de uma diversificação substitutiva de importações em Minas Gerais na fase da decadência do ouro. Para Antônio de Barros Castro, esse processo deveria

268 Adriana Romeiro. Entrevista ao jornal *Estado de Minas*, Caderno Pensar, em 16 de fevereiro de 2013.

269 Sobre o modelo da Cepal e as políticas de substituição de importações no Brasil veja: Tavares. Auge y declinación del proceso de sustitución de importaciones en el Brasil. *Boletín Económico de América Latina*. vol. IX, nº. 1 (marzo de 1964). Nueva York: Naciones Unidas, 1964, e Carlos Lessa. Quince Años de Política Económica en el Brasil. *Boletín Económico de América Latina*. vol. IX, nº. 2 (noviembre de 1964). Nueva York: Naciones Unidas, 1964.

ter acontecido, mas foi frustrado pelo alvará de 1785, de D. Maria I, que “iria proibir o estabelecimento e funcionamento de fábricas com o intuito de impedir a substituição de importações, resposta natural à queda da capacidade de importar acarretada pelo declínio das minas”.²⁷⁰

Como outros autores, Antônio de Castro demonstra desconhecer completamente tanto o teor dessa peça quanto sua total inocuidade sobre a economia da capitania, atribuindo-lhe uma importância que ela não teve. Qualquer estudante mediano sabe que o alvará se referia exclusivamente à indústria têxtil, e conhece perfeitamente a ressalva – “excetuando-se tão somente aqueles ditos teares ou manufaturas em que se tecem, ou manufaturam, fazendas grossas de algodão, que servem para o uso e vestuário de negros, para enfardar, para empacotar, e para outros ministérios semelhantes” – que era exatamente o que se produzia na capitania. Além disso, o alvará não se dirigia apenas a Minas Gerais, mas a todas as capitanias da colônia.²⁷¹

E qualquer historiador atento sabe que essa proibição não causou nenhum constrangimento para a produção do pano artesanal, que cresceu sem nenhuma contrariedade, tornando-se inclusive um importante artigo de comércio interprovincial, com milhões de metros exportados para várias partes do Brasil.²⁷²

Não acredito que o alvará tenha causado nem mesmo o abortamento de algum potencial industrial futuro, pois dificilmente teria se desenvolvido um sistema têxtil fabril em Minas no final do XVIII ou começo do XIX. A competitividade do tecido doméstico artesanal repousava, assim como a do setor metalúrgico e a do setor açucareiro, na disseminação e pulverização da produção para atender a uma demanda também pulverizada. Tudo indica que no século XIX, pelo menos parte do setor adquiriu características de um sistema de *putting-out*, no qual alguns comerciantes reuniam a produção dispersa para exportá-la em grande quantidade para outras províncias. As exportações, seus destinos, e sua evolução no tempo são

270 Castro. *A Herança Regional*, pp. 27-28.

271 Veja, *Alvará, por que Vossa Majestade é servida proibir no Estado do Brasil todas as fábricas e manufaturas de ouro, prata, sedas, algodão, linho, e lã, ou os tecidos sejam fabricados de um só dos referidos gêneros, ou da mistura de uns com os outros, excetuando-se tão somente as de fazenda grossa do dito algodão*. 5 de janeiro de 1785. Na Oficina de Antônio Rodrigues Gualhardo. Sobre a abrangência do alvará para todas as capitanias, veja Mello e Castro. *Instrução para o Visconde de Barbacena*, parágrafo 40, p. 19.

272 Sobre a falta de impacto do alvará e outros aspectos da indústria têxtil doméstica de Minas, veja o excelente artigo de Libby. *Reconsidering Textile Production*; e também Roberto Martins. *A Indústria Têxtil Doméstica*.

bem conhecidas, assim como a disseminação e as características dos produtores, mas o elo entre essas duas etapas nunca foi adequadamente estudado.²⁷³

A posição de Celso Furtado é diametralmente oposta. Se Castro fantasia que os mineiros reagiram ao alvará até o ponto de se rebelarem contra a metrópole, Furtado não percebe neles nenhum incômodo.

“Entretanto, o decreto de 1785 *proibindo qualquer atividade manufatureira* não parece haver suscitado grande reação, sendo mais ou menos evidente que o desenvolvimento manufatureiro havia sido praticamente nulo em todo o período anterior de prosperidade e decadência da economia mineira”.²⁷⁴

É mais uma vez evidente que Furtado, além de desconhecer, como Castro, o conteúdo do alvará, também não tinha nenhuma idéia sobre o importante setor

273 Sobre a disseminação da produção têxtil doméstica no final do século XVIII veja o Inventário dos Teares Existentes na Capitania de Minas Gerais em 1786. *Revista de Arquivo Público Mineiro*, ano XL (1995). Sobre sua disseminação no século XIX veja as listas nominativas de 1831-32 e de 1838-40, e o capítulo 5 de *Crescendo em Silêncio*.

Com base em uma correspondência de Antônio de Noronha a Martinho de Mello e Castro, em 7 de janeiro de 1777, na qual o governador se retrata da informação passada em 1775, sobre a existência de fábricas de tecido em Minas, Virgínia Valadares minimiza, apressadamente, a importância do setor têxtil da capitania: “fica esclarecido o equívoco da existência de manufaturas de tecidos finos nas Minas, assim como a crença no desenvolvimento de um grande comércio de tecido entre essa e as outras capitanias do Brasil. As Minas Gerais não produziam tecidos além dos de uso doméstico nem tampouco desviavam mão-de-obra escrava da lavoura ou da mineração para fábricas de algodão. A força produtiva que nelas atuava constituía apenas um reaproveitamento de escravos velhos ou inúteis ou era constituída de mulheres nos seus afazeres domésticos”. Virgínia Maria Trindade Valadares. *A sombra do poder: Martinho Mello e Castro e a administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 125-26. Centrando seu olhar apenas na inexistência de fábricas, e nos “tecidos finos”, a autora não percebe a dimensão, a disseminação e o volume da manufatura têxtil doméstica, artesanal, não-fábrica, e a existência do comércio do pano de Minas, já enraizados, que se tornariam francamente visíveis e seriam evidenciados, sucessivamente, pelo inventário dos teares de 1786, pelas estatísticas do comércio interprovincial, e pelos dados demográficos do início do século XIX. A fiação e a tecelagem domésticas não eram uma ocupação de escravos valetudinários ou simplesmente uma tarefa doméstica das mulheres. A mão de obra empregada nestes trabalhos consistia sobretudo de pessoas livres e resultava, como mostrou Libby, de uma elaborada alocação de tempo segundo critérios de sazonalidade da agricultura, sexo, posição no domicílio e idade dos indivíduos. É possível que a autora não tenha tido em mãos o inventário de 1786, nem o trabalho de Libby, nem os dados empíricos relevantes.

274 Furtado. *Formação Econômica*, p. 86. Os itálicos são meus. A indiferença dos mineiros à repressão das fábricas têxteis é colocada em dúvida pelo governador Luís da Cunha Menezes. Em ofício dirigido a Martinho de Mello e Castro, em 22 de março de 1788, o governador diz não estar muito persuadido da inexistência do fabrico de tecidos proibidos, “pela geral desconsolação e desgosto que tem causado a todos esses povos a sobredita proibição” e “pelo abalo, e alvoroço que já me referi ter feito a estes povos, tanto esta como aquela proibição de semelhantes teares”. Ofício de Luís da Cunha Menezes, governador da capitania de Minas (1783-1788) a Martinho de Mello e Castro, ministro dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Vila Rica, 22 de março de 1788. Virgínia Maria Trindade Valadares e Liana Maria Reis. *Capitania de Minas Gerais em documentos: economia, política e sociedade*. 2ª. edição rev. e ampliada. Belo Horizonte: C/Arte, 2012, pp. 45-48.

têxtil artesanal da capitania sobre a qual discorre com tanto *aplomb*. Revelando completo desconhecimento também dessa indústria, não só no século XVIII, mas também no XIX, pontifica, com sua usual presunção: “Ocorre, porém, que a forte baixa nos preços dos tecidos ingleses, a que nos referimos, tornou difícil a própria subsistência do *pouco* artesanato têxtil que já existia no país. A baixa de preços foi de tal ordem que se tornava praticamente impossível defender qualquer indústria local por meio de tarifas. Houvera (sic) sido necessário estabelecer cotas de importação”. O economista paraibano se refere aqui à primeira metade do século XIX, quando a indústria do pano de Minas floresceu intensamente, não só suprimindo a imensa demanda da província, mas também exportando uma “colossal” quantidade do artigo, e mostrando grande capacidade de resistir ao tecido importado, sem qualquer proteção tarifária ou por quotas.²⁷⁵

Portanto, Celso Furtado não menciona nenhuma substituição de importações, e nega peremptoriamente toda e qualquer diversificação na economia mineira colonial, seja no setor agropecuário seja no setor manufatureiro, no final do século XVIII ou em qualquer outro período. Para ele, lembramos, quando o ouro entrou em declínio, a economia simplesmente entrou em parafuso, e “involuiu numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência”.²⁷⁶

Vimos acima que vários mineiros antigos defendiam a idéia de uma “conversão forçada” para a agricultura, como um recurso de sobrevivência, diante do esgotamento da mineração.

Nessa posição não se encontram apenas os autores da província, mas também alguns grão-senhores da história do Brasil, como o pernambucano Manoel de Oliveira Lima, e o cearense João Capistrano de Abreu. Em um capítulo ridículamente intitulado “As minas – fonte de pobreza”, nas conferências que fez na Sorbonne em 1911, o pernambucano afirmou que “Minas Gerais, de seu lado, assistiu à eclosão no seu seio de um luxo sem bem-estar. Sua sociedade chegou a cobrir-se de uma camada superficial de cultura que, refletindo a luz crua dos trópicos, não deixou de deslumbrar. A despeito de tudo isso, seu progresso não se manifestou, de maneira acentuada, senão após o ouro se ter esgotado e a agricultura ser forçada a tomar o lugar das escavações de minas para nutrir o mundo de gente

275 Furtado. *Formação Econômica*, p. 114. Quem usou a expressão “colossal” para qualificar o volume do pano exportado por Minas foram Spix e Martius.

276 Furtado. *Formação Econômica*, p. 93.

que estas haviam atraído”.²⁷⁷ O cearense Capistrano escreveu que “desenganada do ouro, a população procurou outros meios de subsistência: a criação de gado, a agricultura de cereais, a plantação de cana, do fumo, do algodão”.²⁷⁸

Esses autores são todos anteriores à Cepal e não usam as categorias analíticas daquela escola. Quem propôs explicitamente a tese da diversificação via substituição de importações, adotando inclusive o jargão cepalino, foi Paul Singer.²⁷⁹ Caio Boschi tem a mesma posição e também usa essa linguagem.²⁸⁰ Mesmo sem empregar o termo “substituição de importações”, Mafalda Zemella, Kenneth Maxwell, Clotilde Paiva, Douglas Libby e Carla Almeida, por exemplo, também defendem essa visão do processo.²⁸¹

Em *Growing in silence*, apesar de ter mencionado que a agricultura surgiu muito cedo, e de ter proposto uma revisão radical da história da província, defendi, por influência de Kenneth Maxwell e do pensamento da Cepal, que ainda povoava nossas cabeças latinoamericanas, a ideia de que a diversificação só acontecera no final do século XVIII, e que fora um processo de substituição de importações. Cheguei até mesmo a criar um indicador da evolução desse processo, que denominei de “índice de introversão da economia”. Afirmei, em 1980, que, “o declínio da mineração (...) intensificou o processo de diversificação e conduziu a economia regional em direção a um crescente isolamento dos mercados externos, à medida em que a queda da produção de ouro reduzia progressivamente sua capacidade de importar (...) A crescente restrição da capacidade de importar deflagrou um vigoroso processo de substituição de importações, de profundas e duradouras conseqüências”.

277 Oliveira Lima. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Topbooks e São Paulo: Publifollha, 2000, p. 107.

278 J. Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)* [1907]. Brasília: Senado Federal, 1988, p. 154.

279 Singer. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, pp. 203-05.

280 Caio C. Boschi. “Nem tudo o que reluz vem do ouro...”. pp. 64-65.

281 Libby e Paiva usam a expressão “transformação acomodativa”. Vale lembrar, outra vez, que a própria tese cepalina dos choques adversos foi demolida desde 1969, quando Warren Dean demonstrou que o gatilho do processo de industrialização de São Paulo foi o próprio impulso da fase ascensional do ciclo exportador de café, e não a crise da capacidade de importar iniciada em 1929. Dean. *The Industrialization*, especialmente o capítulo “The coffee trade begets industry”.

É A OPORTUNIDADE QUE FAZ O SAPO PULAR

Há muito tempo não concordo mais com esta visão. Renego as afirmações acima, bem como o índice de introversão, que considero sem sentido, entre outras razões, pela má qualidade dos dados das entradas e dos dízimos nos quais se baseia. Hoje penso que a diversificação da economia colonial mineira foi um processo muito precoce, gradual, natural e inevitável. Começou bem cedo no século, e não foi o resultado de nenhum choque adverso, mas de sucessivas respostas a demandas e oportunidades surgidas no mercado.

Não creio que se possa falar sequer em uma transição estrutural da economia, como fiz em vários momentos da tese, seja no final dos setecentos, seja em qualquer outra época. A transição de uma economia mineral-exportadora para uma agricultura diversificada de mercado interno nunca aconteceu. Transição significa percurso, viagem, mudança de lugar, passagem de um ponto a outro, de uma situação a outra, no espaço, ou no tempo. A economia colonial mineira nunca fez esse trajeto: a lavra, a roça e o curral nasceram e cresceram juntos, logo não faz nenhum sentido dizer que um deles transitou em direção ao outro.

A região das minas reuniu, desde as primeiras descobertas, em pouco tempo, um contingente populacional de muitas dezenas de milhares de pessoas, entre imigrantes de Portugal, de outras capitânias, e uma grande quantidade de escravos africanos, numa área remota do interior do continente, dezenas de léguas distante dos núcleos de povoamento do litoral. Essa multidão tinha de ser alimentada. As crônicas contemporâneas nos contam que, no primeiro momento, os suprimentos vieram da Bahia, pelo Caminho do Sertão, e de São Paulo, através do Caminho Velho, mas que esses fluxos eram irregulares e insuficientes. Relatam graves crises de fome, em 1697-98, 1700-01 e 1713, que chegaram a ameaçar a própria continuidade das explorações.

Dadas as distâncias, a topografia, o sistema viário e a tecnologia de transportes existente, é absolutamente impensável que, mesmo depois da regularização dos fluxos de abastecimento e da abertura do Caminho Novo, a região pudesse continuar sendo suprida apenas por importações. Era inevitável que surgisse uma oferta local de alimentos, na própria área mineradora ou próxima a ela.

Não havia limitações de recursos naturais ou de outros fatores produtivos que impusessem uma divisão regional de trabalho. Ao contrário da lenda da esterilidade da zona mineradora, havia terras férteis na própria região dos descobertos ou nas suas adjacências. Era simplesmente natural que os produtores de alimentos se

instalassem mais perto dos centros consumidores, ao invés de produzir em locais distantes e enviar os víveres através de rotas difíceis e demoradas.²⁸²

Quem tentou produzir comida em São Paulo, no Rio de Janeiro ou na Bahia para abastecer a região das minas foi, em pouco tempo, deslocado por produtores com vantagens locais. Os elevados custos de transporte se encarregaram de eliminar esses atores do mercado. Além desses custos, havia ainda os impostos – os direitos de entradas – cobrados por peso, onerando ainda mais os mantimentos básicos.

Por outro lado, não havia barreiras à entrada no setor de abastecimento. As terras podiam ser livremente apropriadas em regime de posse. Desde o início da ocupação do território a coroa portuguesa praticou uma política liberal de concessão de sesmarias, cuja obtenção, ocupação e exploração era incentivada. Não havia tampouco problemas de escala. Qualquer pessoa, rica ou pobre, dona de escravos ou não, podia se estabelecer como produtor comercial de alimentos. Havia demanda e havia renda para sustentar essa demanda. O retorno a qualquer investimento em abastecimento era necessariamente alto e seguro.²⁸³ Foi assim, através de um processo natural e gradual, em um mercado impulsionado pelas crescentes demandas de uma população em expansão, que a capitania atingiu a autossuficiência alimentar, em plena fase ascendente da produção aurífera.

O autor do *Triunfo Eucarístico*, festejado por muitos como a mais importante crônica do “ciclo do ouro”, relata com precisão cirúrgica o precoce nascimento da agricultura e da bastança:

(...) em breve tempo das cidades e lugares marítimos sobreveio inumerável multidão, uns com cobiça de fácil fortuna, outros anelando remédio à necessidade. Concorreu em tanto concurso a natural necessidade de alimentos; e porque na altura da região a penúria deles subia o preço, uns fizeram da agricultura sustento, e interesse, outros agenciaram no

282 Um excelente relato sucinto das crises iniciais de fome e da extrema precocidade do surgimento das roças de mantimentos – que muitas vezes antecediam a própria mineração – pode ser encontrado em Adriana Romeiro, que afirma: “assim que chegavam às Minas, todos tratavam primeiro de plantar suas roças nas imediações das datas minerais, instalando-se depois nos arraiais e povoados, para esperar até que os mantimentos pudessem ser colhidos. Só então é que tinham início os trabalhos de mineração”. Adriana Romeiro. Os sertões da fome: a história trágica das minas de ouro em fins do século XVII. *Saeculum – Revista de História* [19] João Pessoa, jul-dez. 2008, p. 170. Os trabalhos de Carlos Magno Guimarães e Liana Reis, acima mencionados, demonstraram pioneiramente que essas precoces roças de mantimentos tiveram um caráter mercantil (e, às vezes, escravista) desde muito cedo.

283 Não é preciso nenhuma teoria econômica para provar isso, diante dos relatos sobre mineradores morrendo de fome com um sabugo de milho na mão, e surrões cheios de pepitas de ouro.

ouro dos seios da terra juntamente o sustento e as riquezas: assim com suavidade, e facilidade, estas terras agrestes e nem ainda de feras habitadas, ficaram dignas de habitação; abundantes de alimentos para a humana necessidade, copiosas de ouro para os desejos da cobiça.²⁸⁴

Aqui o cronista, que escrevia em 1733, se refere, evidentemente, ao passado, aos primórdios da descoberta e da corrida do ouro. Diz claramente que a escassez e a demanda por alimentos fizeram da agricultura uma atividade lucrativa, desde cedo. Não deixa nenhuma dúvida de que este setor se desenvolveu concomitantemente com a mineração, de forma natural, “com suavidade e facilidade”, e com precocidade, nas terras “agrestes e nem ainda de feras habitadas”. Explicita o surgimento de uma agricultura *comercial*, pois os que a ela se dedicaram fizeram-no para seu “sustento e interesse”, e que a região logo se tornou bem suprida de alimentos, em plena ascensão da produção de ouro.

Prosegue, afirmando mais adiante que,

em um distrito onde sempre foi e é geral o ouro em toda a terra, causa que lhe deu o nome de Minas Gerais, se agregou e continua o maior concurso, e da gente mais nobre em qualidade e riqueza em todo o âmbito das Minas: parte assiste nos recôncavos em lavras de ouro, e fazendas de agricultura; parte em duas vilas, uma intitulada o Ribeirão do Carmo, outra que tem o nome de Vila Rica (...) nesta vila habitão os homens de maior comércio, cujo tráfego e importância excede, sem comparação, o maior dos maiores homens de Portugal (...) nela residem os homens de maiores letras, seculares e eclesiásticos, nela tem assento toda a nobreza, e força da milícia: é por situação da natureza cabeça de toda a América, pela opulência das riquezas a pérola preciosa do Brasil.²⁸⁵

Nesse trecho, Simão Machado fala do presente, 1733. É um período de grande vigor da produção aurífera, que vai atingir seu apogeu no final desta mesma década. Afirma que a “gente mais nobre em qualidade e riqueza” de Minas é constituída por mineradores e agricultores, e menciona outro importante componente da diversificação econômica da capitania, que foi o setor do comércio, cujos principais operadores ultrapassavam, segundo ele, os maiores comerciantes da metrópole. Pode

284 *Triunfo Eucharístico, exemplar da christandade lusitana, em publica exaltação da Fé na solemne trasladação do Diviníssimo Sacramento da Igreja da Senhora do Rosário para hum novo templo da Senhora do Pilar em Vila Rica, Corte da Capitania das Minas. Aos 24 de mayo de 1733 (...)* por Siman Ferreira Machado, natural de Lisboa e morador nas Minas. Lisboa Occidental. Na Oficina da Música, 1734, pp. 188-89. Guimarães e Reis, e antes deles, Caio Boschi, já tinham ressaltado esse ângulo do *Triunfo Eucharístico*.

285 *Triunfo Eucharístico*, pp. 195-96.

haver aqui, como há em quase todo o relato dessa grande festa barroca, uma dose de ufanismo chapa branca, mas não há dúvida de que, mesmo nessa década de grande abundância de ouro, o cronista emparelha agricultores e mineiros como a gente mais rica e respeitável da terra e descreve a capitania, ainda na pré-puberdade, como mineradora, agricultora e comerciante.²⁸⁶

Esse processo não gerou apenas as roças elementares de milho e de mandioca. A diversificação agropecuária, o processamento de seus produtos, os cultivos não-alimentares, as manufaturas simples e os empreendimentos mais complexos, seguiram a mesma lógica, e tampouco surgiram em resposta a algum estrangulamento. Havia demanda, havia recursos naturais e havia tecnologia para produzir um largo espectro de bens e serviços. Ninguém esperou o ouro escassear para começar a levantar engenhos, produzir açúcar, cachaça, fubá, toucinho, queijos, azeite de mamona, fumo de rolo, panos, ferramentas, ferraduras, candeeiros e ferragens, couros, sapatos, panelas e outras manufaturas. *Muito mais do que a necessidade, foi a oportunidade que fez o sapo pular.*

Raphael Freitas Santos afirma a mesma coisa, ao escrever que “ao contrário do que se supunha anteriormente, a produção de alimentos, mais do que uma alternativa para a crise, podia ser uma atividade bastante lucrativa desde a primeira metade do século XVIII”.²⁸⁷

Mônica Ribeiro de Oliveira relata o precoce estabelecimento de várias famílias imigrantes de Portugal em áreas periféricas ao *core* da região mineradora, dedicando-se exclusivamente à agropecuária de abastecimento mercantil e escravista desde 1715. Gente que acumulou riqueza e status no ramo do abastecimento. Sem origem mineradora e sem nenhuma passagem pela mineração, mostrando que ‘fazer a América’ podia ter significados bem diversos da busca desatinada pelo ouro, como rezava a historiografia antiga.²⁸⁸

A história dos engenhos de cana é muito ilustrativa da força do mercado. Seus produtos eram alvo de grande procura, considerados “de primeira necessidade” para livres e escravos. Embalados por essa demanda, engenhos começaram a ser levantados desde 1705. O setor cresceu e se espalhou sem tomar conhecimento das

286 Não é demais lembrar que Flávia da Mata Reis demonstrou que, desde os primeiros anos, e ao longo da primeira metade do século XVIII, mais de 80% das minerações tinham também atividades agrícolas.

287 Raphael Freitas Santos. Para Além do Ouro, p. 191.

288 Veja: Mônica Ribeiro de Oliveira. Avô imigrante, pai lavrador, neto cafeicultor: análise de trajetórias intergeracionais na América Portuguesa (séculos XVIII e XIX). *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27, nº. 46 (jul/dez 2011) e Mônica Ribeiro de Oliveira. Famílias dos sertões da Mantiqueira. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLVIII (Janeiro-dezembro de 2012).

proibições impostas pela política colonial. Já em 1714, a quantidade de estabelecimentos era tal que o governador de São Paulo e Minas, lançou um bando proibindo a construção de novas unidades na comarca de Vila Rica, sob pena de demolição, castigos e pesadas multas. Pretextava que muitos escravos estavam sendo desviados da mineração, acarretando graves prejuízos à real fazenda. Esse foi o começo de uma guerra sem quartel, que abrangeu toda a capitania, envolveu vários administradores coloniais e até o governo da metrópole, que determinou a mesma proibição através de carta régia em 1715.

O principal motivo da interdição era o desvio de braços das lavras. Em 1718, D. Pedro de Almeida, conde de Assumar, denunciava que “havia mais gente aplicada à fabricação de cachaça do que na extração do ouro”. Alegava-se também a concorrência que a cachaça fazia às aguardentes do Reino, e outras localidades da colônia reclamavam a perda de mercado causada por sua produção nas minas. Outra razão eram os males causados à ordem pública e à própria saúde dos negros, por suas “bebedices”.

Apesar dessa guerrilha ter se prolongado por todo o século XVIII e durado até depois da independência – a liberação total do setor só ocorreu em 1827²⁸⁹ – os engenhos e engenhocas proliferaram enormemente em todas as regiões de Minas, produzindo açúcar, rapadura e cachaça para o mercado interno da capitania e da província. As várias centenas de estabelecimentos do período colonial se transformaram em cerca de mil no início do século XIX, chegaram a mais de quatro mil, nos anos 1830, e a pelo menos cinco mil em 1845.²⁹⁰

O desideratum metropolitano de uma divisão regional de tarefas produtivas com cobrança de direitos sobre a circulação de bens entre as regiões, sucumbiu inteiramente diante do mercado. O caso demonstra ainda, contra a posição de vários historiadores, a plena capacidade de uma atividade agro-manufatureira para competir com sucesso, por capitais e por escravos, com a mineração, e também a total primazia da produção local sobre fornecedores externos. Nenhum produtor das zonas canavieiras da Bahia, de São Paulo, ou do Rio de Janeiro, teve qualquer chance de disputar o mercado mineiro de açúcar, rapadura e cachaça, com os produtores locais, apesar de serem provavelmente mais eficientes, tanto em termos de

289 Lei de 13 de novembro de 1827: Art. 1º. É livre a qualquer pessoa levantar engenhos de açúcar nas suas terras em qualquer distância de outros engenhos, sem dependência de licença alguma

290 Costa Filho. *A Cana de Açúcar*, pp. 103-04, 107, 115-17; e Marcelo Godoy. No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio. Tanto essa tese de doutorado, quanto os outros estudos desse autor são baseados em extensa pesquisa arquivística e grande massa de dados empíricos.

tecnologia quanto pela escala de suas operações. A vantagem locacional superou quaisquer outras vantagens competitivas dos produtores de fora.

O poder do mercado se revelou também no caso do fumo, que era objeto de um estanco, o Contrato de Tabaco do Rio de Janeiro, desde 1695. O contratador tinha o monopólio – garantido pela coroa portuguesa – da compra do fumo baiano e de sua venda, em corda e em pó, em uma vasta região da colônia. A cultura do fumo era proibida em toda a área do contrato, o qual, a partir da arrematação de 1701, abarcava todas as capitanias do sul, de Porto Seguro a São Vicente, e incluía as de São Paulo e de Minas Gerais desde suas criações. O rápido crescimento da população e a dificuldade de distribuição em um território que abrangia metade do Brasil de então, causou uma crônica escassez do produto na região das minas, fazendo com que alcançasse preços exorbitantes. Consequentemente, ainda nos primeiros anos do povoamento, embora seu cultivo fosse rigorosamente proibido, o fumo começou a ser plantado em Baependi, provavelmente por volta de 1709. A lavoura ampliou-se, e ao ser criada a capitania de Minas Gerais, em 1720, já estava formada a região fumageira do sul de Minas. Em pouco tempo o fumo Baependi começou a ser vendido ilegalmente no mercado do Rio de Janeiro, apesar das frequentes denúncias e reclamações dos contratadores.

Seu cultivo espalhou-se muito cedo também em outras áreas da capitania. Raphael Freitas Santos menciona a transação de uma propriedade com 5 mil pés de fumo na comarca do Rio das Velhas em 1718, e outra com 40 mil pés no Curral del Rei, em 1721.²⁹¹

Décadas depois, quando o estanco foi abolido, em 1757, e um imposto excluiu o tabaco baiano do mercado carioca, em 1760, o fumo de Minas Gerais já estava estabelecido e conquistou rapidamente os mercados do Rio e de todo o sul do Brasil. “Baependi” tornou-se uma referência importante desse produto que, a partir dos anos 1770, começou a ser reexportado pelos cariocas para toda a região do Rio da Prata. Minas Gerais constituiu a segunda grande zona fumageira do Brasil, e ao longo do século XIX, produziu-se fumo em várias partes da província não só para atender seu próprio mercado interno, mas também para exportar grandes volumes para todas as províncias do sul.²⁹²

No declínio da produção de ouro, não houve nenhuma substituição de importações de alimentos, por ser absolutamente desnecessária, mesmo se concordarmos

291 Raphael Freitas Santos. *Minas com Bahia*, pp. 163-64.

292 O desenvolvimento do fumo em Minas é tratado em detalhe por Nardi. *O fumo brasileiro no período colonial*, especialmente pp. 45-46 e 286-333

com a hipótese de uma redução drástica da capacidade de importar no final do século. Excetuando algumas comidas e bebidas finas (como, por exemplo, vinhos, azeite doce, azeitonas, nozes, vinagre, figos secos, queijos flamengos, paios e presuntos), ou bacalhau, que eram importados do Reino, e evidentemente não poderiam ser substituídos por produção local, Minas já produzia todos os alimentos que consumia. Sua produção de abastecimento ia além da autossuficiência, produzindo excedentes consideráveis, com os quais supria outras capitâneas.

Sabemos, com certeza que, se existiu, a propalada “redução da capacidade de importar”, em nada alterou o cenário de abundância alimentar. Não houve fome, nem desabastecimento, e nem mesmo alterações perceptíveis nos preços dos mantimentos em nenhuma das regiões mineiras.

José Newton Meneses afirmou que “a sociedade complexa formada no *continente do Serro* não teve problemas de abastecimento alimentar, na segunda metade da centúria setecentista”.²⁹³ Régis Quintão também observou que “em nosso recorte espacial de estudo, o Distrito Diamantino, também não houve crises, apenas menções às carestias”, acrescentando que “o problema da carestia não era grave. As autoridades recomendavam apenas cautela para evitar desdobramentos negativos”.²⁹⁴

Da mesma forma, na região de Vila Rica e Mariana, as evidências apontam para um quadro de abundância e de preços estáveis: “Na segunda metade do século XVIII, graças ao fluxo de alimentos provenientes de outras regiões [da própria capitania de Minas] e à própria estruturação dos setores produtivos locais, os preços da maior parte dos gêneros de primeira necessidade no mercado de Vila Rica estabilizaram-se, a ponto de não haver quase nenhuma variação importante durante todo o período. Em 1751, parecia haver já uma relativa abundância de víveres naquele mercado, pois nele iam se abastecer os moradores do termo de Mariana”.²⁹⁵

Em geral, segundo José Newton, em Minas Gerais havia “uma agricultura de abastecimento alimentar interno que produziu, abasteceu e sustentou uma considerável população, sem crises de fome e carestia que chamassem a atenção dos memorialistas contemporâneos. Não há, após os primeiros anos da efetiva colonização das Minas Gerais nenhum relato ou evidências de carestia de alimentos ou crises profundas de abastecimento”.²⁹⁶

293 Meneses. *O continente rústico*, p. 100.

294 Quintão. Sob o “Régio Braço”, p. 125.

295 Silva. *Subsistência e poder*, p. 239. O esclarecimento entre colchetes é meu.

296 Meneses. *O Continente Rústico*, p. 58.

Na *Geografia Histórica da Capitania*, escrita em 1780, José Joaquim da Rocha descreveu a abundância dos víveres e dos gados, vila por vila, bem como o animado comércio interno de milho, arroz, feijão, farinhas, animais, carnes, toucinho, aguardente, queijos e outros mantimentos, que garantia o abastecimento de todas.²⁹⁷

É igualmente muito pouco provável que houvesse substituição significativa de bens manufaturados de consumo. Também neste setor, Minas já produzia, muito antes da crise do ouro, uma infinidade de artigos simples de consumo geral, como panos grossos de algodão, sapatos, chapéus, utensílios domésticos, móveis, ferramentas e muitos outros. Esses itens não dependiam de insumos importados e sua tecnologia era disponível aos habitantes. Os manufaturados importados – tecidos finos, pianos, porcelanas e cristais, relógios, armas e cutelaria sofisticadas, alguns remédios de botica, outros artigos de luxo, e “mil bugiaras de França”, estavam além da capacidade tecnológica ou da dotação de recursos naturais da capitania (e da colônia) e não eram passíveis de substituição.

A produção doméstica de pano, principal atividade manufatureira da capitania e da província, é muito anterior ao declínio do ouro. O algodão já era cultivado desde os primórdios da colonização – ninguém cultiva algodão para comer – e a roca, o fuso e o tear manual eram conhecimentos milenares, perfeitamente dominados pela população.

Aparentemente o sentido da causalidade foi o contrário do que defendem alguns historiadores. A atividade têxtil doméstica não foi estimulada pela suposta queda da capacidade de importar. Ela já existia há muito tempo, o que foi espicaçado pelo escasseamento do ouro foi a percepção da metrópole sobre sua existência e extensão. Além disso, os mercados do tecido importado e do tecido doméstico eram bem separados e estanques, e assim continuaram. Os pobres e os escravos vestiam-se com o pano grosso da terra, e continuaram a fazê-lo. Os ricos usavam o tecido importado e seguiram fazendo-o. Não houve nenhuma substituição, em nenhum segmento do mercado.

No setor da metalurgia, é certo que havia importação de ferro bruto para transformação pelos artífices da capitania, mas é igualmente seguro que, apesar da proibição imposta pela metrópole, esse insumo era também produzido localmente. Em seu minucioso estudo sobre a mineração na primeira metade do setecentos, Flávia

297 Rocha. *Geografia Histórica*, especialmente pp. 96, 105, 115, 117-18, 127, 130, 133, 135. A única ressalva do autor sobre a geral abundância de víveres é sobre a Vila de Minas Novas, sobre a qual observa que “em anos faltos de chuvas, padecem aqueles habitantes algumas misérias, pela pouca produção de frutos e falta de ouro, que somente extraem quando chove”. *Idem*, p. 140.

da Mata Reis observa que “as técnicas para se produzir o ferro eram conhecidas e estavam disponíveis aos habitantes das Minas. Essa hipótese é ainda mais crível quando se considera, por um lado, que os negros da África ocidental detinham uma longa tradição na metalurgia e, por outro, que o minério de ferro era abundante e de rico aproveitamento nas próprias regiões onde a mineração aurífera era praticada. Com a demanda de um lado, a oferta de outro e a conhecida existência de tendas, oficiais ferreiros e escravos especializados nas Minas, ingenuamente se poderia dizer que todo o ferro consumido viesse de fora”²⁹⁸

Crislayne Alfagali estudou os “oficiais do ferro e fogo” em Vila Rica e Mariana no século XVIII, e nos conta que esses profissionais, diante dos preços altíssimos que tinham de pagar pelo produto importado, da larga disponibilidade do minério, e da grande demanda pelos artefatos e utensílios de ferro que produziam, encontraram “outros meios” de conseguir o metal que, nas minas era “mais precioso que o ouro”. Um desses meios foi sua produção clandestina em pequenos fornos de fundição pelo método dos cadinhos, ou de redução direta, que foi utilizado em grande escala em Minas. Segundo essa autora, os bens arrolados nos inventários dos artesãos do ferro, são evidências dessa produção. Alfagali relata, como vários outros autores, que “os cativos de determinadas procedências dominavam as técnicas metalúrgicas”, mas também enfatiza que “dentre os oficiais do ferro e fogo, que praticavam seus ofícios em Vila Rica e Mariana, muitos eram portugueses. Ao cruzar o oceano, esses trabalhadores trouxeram seus conhecimentos técnicos e a tradição dos homens de ferro e fogo, uma das mais antigas agremiações de ofício de Portugal”²⁹⁹

Uma prova cabal de que o conhecimento e a prática da fundição de ferro existiam na capitania, apesar da proibição, vem de uma fonte oficial – o governador Rodrigo José de Meneses que administrou Minas Gerais entre 1780 e 1783. Tentando convencer Martinho de Mello e Castro de sua proposta do estabelecimento de uma fábrica de ferro, D. Rodrigo argumenta que a atividade já era praticada em Minas: “ (...) Essas considerações tão importantes e dignas da maior atenção me obrigaram a ouvir um homem que aqui me veio falar e me segurou ter achado um segredo para o fabricar. Eu lhe dei licença para fazer uma amostra (...) Pouco depois me trouxe a que remeto em barra, depois de ter feito nela todas as experiências que me persuadiram ser verdadeiro e bom ferro (...) Não me contentando com esta primeira experiência, para mais me capacitar das suas verdadeiras

298 Flávia da Mata Reis. *Entre faisqueiras*, p. 163. O conhecimento da metalurgia do ferro pelos negros importados é um fato bem estabelecido, e foi minuciosamente demonstrado pela autora, mais uma vez.

299 Alfagali. *Em casa de ferreiro*, pp. 77-97.

propriedades mandei fazer a fechadura que também remeto, a qual tira toda dúvida de sua bondade e préstimo”³⁰⁰

A consequência mais provável de uma restrição à capacidade de importar seria a redução no consumo de alguns bens importados, e não sua substituição por produção local. A grande maioria, ou quase todos os artigos importados, não era passível de substituição, seja pela base de recursos naturais, seja por incapacidade tecnológica. Seja como for, não conheço nenhuma evidência sobre qualquer setor produtivo ou qualquer produto que tenha sido incorporado à pauta de produção da capitania em virtude da crise do ouro. Não conheço nenhuma evidência de aceleração ou aprofundamento da diversificação da economia nesse período. Os proponentes dessa tese apenas afirmam genericamente que houve substituição de importações, sem apresentar qualquer dado ou demonstração concreta.

A própria ocorrência do “choque” da capacidade de importar, que é invocada pelos defensores da substituição de importações, é muito questionável. Em primeiro lugar, o declínio da produção de ouro, e consequentemente da parcela que permanecia nas mãos dos mineiros foi muito lento. Como se pode ver no gráfico 2.1 de *Crescendo em Silêncio*, na segunda metade do século, essa queda, medida pela arrecadação do quinto, foi constante, mas gradual e bastante suave. Entre 1750 (quando terminou a cobrança pelo sistema da capitação, e a quantia arrecadada passou a ter relação direta com a produção) e 1806, a receita do quinto e a produção total de ouro caíram em média, 1,56 e 7,79 arrobas, por ano, respectivamente. Essas perdas representam uma fração muito pequena, de apenas 1,24% dos valores alcançados por estas variáveis no início do período em foco. Isso significa que a cada ano ficavam na capitania, em mãos dos mineradores, menos 6,23 arrobas do metal, ou

300 Exposição do Governador D. Rodrigo José de Meneses, p. 316. Apesar de ter sugerido que se cobrassem do ferro produzido na fábrica proposta os mesmos direitos que se cobravam do ferro entrado de fora na capitania, para compensar a real fazenda, D. Rodrigo não logrou convencer o ministro. Pelo contrário, essa e as outras propostas heterodoxas que apresentou – a liberação dos engenhos de cana, a duplicação dos dízimos pagos pelos agricultores (para igualar sua carga tributária à dos mineiros, que pagavam o quinto), a criação de um correio regular, a abolição das casas de fundição, a proibição da circulação de ouro em pó, e a criação de um fundo por conta da Real Fazenda para emprestar ouro a juros baixos aos mineradores (uma espécie de “empréstimo consignado”, cujas prestações seriam cobradas quando o tomador fosse quintar seu ouro) – devem tê-lo escandalizado. Os projetos de D. Rodrigo soavam como anátema na doutrina colonial dominante na metrópole. Eram, em parte, um retorno a seu ídolo, Pombal (que também era anátema em Portugal naqueles dias), em parte uma antecipação de seu xará Souza Coutinho. Para terem alguma chance demandariam uma autêntica “viradeira” na “viradeira” que revirou o poder em Portugal depois da morte de D. José. Não teriam a menor chance enquanto Mello e Castro estivesse no comando. E não tiveram. Nunca foram aceitas ou implementadas. D. Rodrigo durou muito pouco tempo no cargo, sendo substituído em 1783 por Luís da Cunha Meneses. O Ministro do Ultramar preferiu dar ouvidos ao alarme do marquês de Lavradio, editar o Alvará de 1785, nomear para Minas o Fanfarrão Minésio, e depois o visconde de Barbacena, com ordens de botar ordem na casa. Os dois eram, cada um a seu modo, perfeitas antíteses do simpático D. Rodrigo, que tantas saudades deixou na elite da capitania.

cerca de 25.500 oitavas, que valiam em torno de 38 contos de réis. Embora a perda acumulada nos 57 anos seja significativa, alcançando mais de 2 mil contos, sua distribuição no tempo é realmente suave. Os 91 quilos de ouro perdidos a cada ano comprariam apenas cerca de 6.800 cabeças de gado, ou 91 escravos. O valor de 38 contos não representa senão oito vezes o salário anual do governador da capitania em 1806, ou 15% do valor enviado à coroa pelos mineiros, como donativo voluntário, em resposta ao pedido feito em 1804 pelo Príncipe Regente. Em nenhuma hipótese se poderia dizer que esse processo, desenrolado gradualmente ao longo de várias décadas, tenha configurado um “choque”.³⁰¹

Como mencionamos acima, não existe nenhuma evidência de desabastecimento, ou de redução da disponibilidade de qualquer artigo, de produção local ou importado. A alegação da redução da capacidade de importar é inteiramente baseada na trajetória aparentemente declinante das séries estatísticas disponíveis sobre a arrecadação dos quintos e das entradas. É importante lembrar que esses são dados de natureza tributária, que são, em qualquer época, sujeitos a muito mais vicissitudes do que o mero comportamento do setor taxado – a extração de ouro, nesse caso – ou da economia em geral.

O movimento de queda da série de arrecadação dos quintos pode refletir, ao lado de um declínio real da produção das lavras, uma intensificação dos descaminhos, sonegações e outras formas de evasão. Os direitos de entradas são uma receita ainda mais vulnerável a distorções por corrupção e propinas, nas diversas etapas da arrecadação, desde a arrematação dos contratos até seu recolhimento final ao erário. O sistema de contratação usado na cobrança desse tributo, ao introduzir mais intermediários entre o Estado e os contribuintes, criava novas oportunidades de fraude e peculato. Quando submetidas a uma crítica cuidadosa, indispensável sobretudo nesses indicadores de natureza tributária, as duas séries se revelam problemáticas, talvez até mesmo imprestáveis, mormente na segunda metade do século.

Martinho de Mello e Castro, em sua Instrução para o visconde de Barbacena, de 1788, examina em detalhe todos os contratos dos dízimos e das entradas desde

301 Essas estimativas se baseiam em séries temporais aplainadas por médias móveis de três anos, às quais foram ajustadas retas de regressão. Os valores das quedas anuais médias são as inclinações (coeficientes angulares) dessas retas. Para as comparações usei as seguintes conversões: 1 arroba = 14,689 quilos, 1 oitava = 3,586 gramas, 1 oitava de ouro quintado = 1.500 réis. O salário do governador de Minas em 1806 era de 4,8 contos de réis por ano. O governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo enviou para Portugal 252 contos de réis, arrecadados em 1804 em resposta ao pedido de donativo feito pelo Príncipe Regente D. João. Segundo Angelo Carrara, um quilo de ouro comprava 75 cabeças de gado, ou um escravo. A fonte da série dos quintos é o “Mappa do Rendimento que produziu o Real Quinto do Ouro na Capitania de Minas Gerais de 1707 a 1787...” *Revista do Arquivo Público Mineiro* VIII (1908) rep. por Maxwell. *Conflicts and conspiracies*, p. 253; complementada por dados de Eschwege. *Pluto Brasiliensis*, pp. 166-68.

1751, condena a forma como foram arrematados, e contesta veementemente as quedas de seus rendimentos, especialmente na série das entradas. Critica a falta de zelo da Junta da Real Fazenda nas arrematações, e atribui o declínio das receitas a fraudes, prevaricações e conluíus dos contratadores com funcionários da coroa, que permitiam atrasos nos pagamentos, sonegações e acúmulo de dívidas. Em nome da rainha, manda encerrar os contratos vigentes, e punir com severidade os ministros prevaricadores, fazendo-os “indenizar a Sua Real Fazenda”.³⁰²

POBREZA DE MINAS OU POBREZA DA HISTÓRIA?

De qualquer forma, com ou sem choque da capacidade de importar, e além da demonstração cabal da precoce diversificação da economia – que por si só já solapa toda a base lógica da tese da decadência – existem muitas evidências empíricas e factuais contrárias à ocorrência de uma crise econômica em Minas no final dos setecentos e início dos oitocentos.

Entre as instruções passadas, em 24 de janeiro de 1775, ao recém-nomeado governador de Minas, D. Antônio de Noronha, o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro determinou que fosse reduzida a remuneração da tropa paga da capitania. Segundo ele,

quando se mandaram dar os exorbitantíssimos soldos (...) era em um tempo em que as Minas Gerais e o seu extenso distrito se compunha quase todo de um país inabitado, sem cultura, sem gados, e sem produção alguma que servisse para o sustento dos homens, exceto a caça e os frutos agrestes do mato; e quando a maior parte dos gêneros ainda os mais necessários para a vida vinham do Rio de Janeiro e da Bahia, por caminhos difíceis e pouco praticados, chegando por esta razão tão caros que foi preciso proporcionar os soldos das tropas à exorbitância dos preços deles, sendo igualmente necessário animar a mesma tropa com os referidos soldos, para a determinar a ir viver em um sertão tal como era naquele tempo a Capitania de Minas Gerais.³⁰³

Agora, prossegue o Secretário, a realidade era outra.

Presentemente têm cessado todos aqueles motivos, achando-se as comarcas do Ouro Preto, do Rio das Velhas, do Serro Frio e do Rio das Mortes, de que se compõe a dita Capitania, povoadas de muitos milhares de habitantes, abundantes de tudo o necessário para a vida a preços

302 Mello e Castro. Instrução para o Visconde de Barbacena, especialmente os itens 100 a 123, pp. 48-59.

303 Instruções do Sr. Martinho de Mello e Castro para se regular a Tropa paga de Minas, e Auxiliares, e sobre outros objetos, 24 de janeiro de 1775. APM. SC-211. Seção Colonial. Secretaria de Governo da Capitania. Registro de cartas, ordens e provisões régias, avisos e cartas do Governador.

muito cômodos, e com um extensíssimo comércio para todas as outras capitanias do Brasil; devendo em tais circunstâncias cessar também as exorbitantíssimas despesas das referidas três companhias”³⁰⁴

Vimos acima que os historiadores apocalípticos afirmavam que nessa época – início do último quartel do século XVIII – a capitania estava em decadência, suas vilas em ruínas, e seu povo na mais negra miséria. Mas o secretário do Ultramar, que muito brevemente se tornaria o principal dirigente do governo português, tinha uma visão radicalmente oposta. Segundo ele, a prosperidade reinava por toda parte, em todas as comarcas havia fartura. Tudo de que se precisava para viver era abundante, custava barato, e ainda sobrava, pois Minas Gerais fazia um “extensíssimo” – o superlativo é dele – comércio *para* as outras capitanias. Mello e Castro não menciona migrações internas nem esvaziamento de nenhuma comarca. Diz, muito pelo contrário, que *todas* eram populosas e abastadas, devendo os soldos ser reduzidos, para que a tropa não adquirisse maus hábitos, “porque tudo o que lhe resta de mais do sustento o despende em desordem e se arruína”³⁰⁵

Alguns anos mais tarde, em 1788, Mello e Castro, já então o principal ministro de Maria I, voltou a entregar diretrizes a outro governador prestes a partir para Minas Gerais. Na *Instrução* para o jovem e culto visconde de Barbacena,³⁰⁶ o ministro revela um alto nível de informação sobre a história e a situação presente da capitania, e em nenhuma passagem do longo texto menciona ou endossa qualquer sugestão sobre sua decadência. Longe disso, afirma enfaticamente a hígidez da economia mineira, dizendo que, se nos primeiros tempos os habitantes importavam apenas as ferramentas e os mantimentos básicos, na sequência “aumentou-se a população, multiplicaram-se os trabalhos, *assim da cultura como da mineração*, cresceram os habitantes de Minas em riqueza e opulência, e nesta mesma proporção se multiplicou o consumo, não só do que era necessário para os trabalhos rústicos e sustento da vida, mas estendeu-se a tudo que podia servir para o cômodo, fausto e luxo. De sorte que as entradas para Minas Gerais de toda sorte de gêneros, efeitos

304 Instruções do Sr. Martinho de Mello e Castro para se regular a Tropa paga, 1775.

305 Instruções do Sr. Martinho de Mello e Castro para se regular a Tropa paga, 1775. Os itálicos são meus. Há uma notável concordância entre a visão de Martinho de Mello e Castro e o quadro de tranquila prosperidade e abundância alimentar descrito em 1780 pelo geógrafo José Joaquim da Rocha, que já mencionamos acima.

306 Luiz Antônio Furtado de Mendonça era doutor em filosofia e bacharel em direito pela Universidade de Coimbra reformada, naturalista, e co-fundador, juntamente com o abade Correia da Serra, Domingos Vandelli, e o duque de Lafões, da Academia Real das Ciências de Lisboa, da qual foi secretário até sua partida para Minas.

e fazendas, fazem *hoje* o importante comércio que se vê estabelecido entre aquela capitania e as outras do Estado do Brasil, particularmente a do Rio de Janeiro”.³⁰⁷

Não havia, portanto, nenhuma crise, nem miséria. As importações continuavam a fluir normalmente, incluindo “toda sorte de gêneros, efeitos e fazendas”, o que indica que não havia estrangulamento ou choque na capacidade de importar. Quem afirmava o contrário eram os contratadores de impostos e os funcionários corruptos que os protegiam, os quais, devendo “enormíssimas” somas à real fazenda, “têm querido confundir com o estado decadente em que *representam* a capitania de Minas, e tomando por pretextos a dita decadência, insinuam ao mesmo tempo não só a impossibilidade de se poder conseguir o referido embolso, mas adiantam as suas dissimuladas ideias até o ponto de pedirem à Sua Majestade uma enorme quita”. A economia estava bem, o que estava em pandarecos era a real fazenda, “a qual, pelas omissões, negligências, empenho, proteções, e talvez por um sórdido, vil e abominável interesse dos que a deviam zelar e não zelaram, se acha reduzida à deplorável situação em que presentemente a vemos na capitania de Minas”.³⁰⁸

A *Instrução* continha também diretrizes para uma reforma dos direitos de entrada. Como linha geral mandava buscar “dois principais fins – se facilitarem aos mineiros e lavradores, por preços cômodos, os instrumentos e mais efeitos necessários para suas lavras e trabalhos rústicos, indenizando-se a real fazenda nos que são próprios para o cômodo e luxo”. Isto é, os artigos de consumo popular e os insumos produtivos deveriam ser desonerados, os bens supérfluos e de luxo deveriam ser taxados com mais vigor, “tendo sempre a atenção a que todos os instrumentos e mais gêneros e efeitos que servem para a exploração das minas, cultura das terras e outros trabalhos rústicos, e igualmente para vestuário dos negros e da gente pobre, devem ser sempre os mais favorecidos nos direitos de entrada, e os que forem destinados para outros usos os devem gradualmente pagar maiores, principalmente os de luxo e os que mais se aproximam a ele”.³⁰⁹

Porém, “o vinho, o vinagre, o azeite, as águas-ardentes, e outros diferentes gêneros que entram na sobredita classe de comestíveis e molhados, [são] todos ou a maior parte da produção de Portugal, e por esta razão se deviam aliviar o quanto fosse possível de direitos para promover o seu maior consumo”. Do ônus que pesava sobre esses artigos, “resulta que os habitantes de Minas, valendo-se do

307 Mello e Castro. *Instrução para o Visconde de Barbacena*, pp. 41-42. Os itálicos são meus.

308 Mello e Castro. *Instrução para o Visconde de Barbacena*, pp. 57-59. Os itálicos são meus. Segundo Bluteau (1728) quita significava mais que seu sentido atual de quitação. Tinha o sentido de “remissão total ou de parte da dívida”. Moraes Silva (1789) define a palavra como “remissão ou perdão de alguma dívida ou obrigação”.

309 Mello e Castro. *Instrução para o Visconde de Barbacena*, pp. 44-46.

azeite, ainda que inferior, fabricado na terra, e de bebidas destiladas ou extraídas da cana de açúcar e de outras frutas e sementes, suprem com elas as que lhes vão deste reino, e que, por caras, só os ricos e poderosos as podem comprar, e ainda estes, em porções insignificantes”.³¹⁰ Esta ressalva indica que alguns molhados de luxo estavam sendo efetivamente substituídos por produção local. A causa disso, entretanto, não era a falta de “capacidade para importar”, mas sim o fato desses produtos, gravados por impostos, não serem capazes de concorrer, em termos de preço, com o produto local, ficando seu consumo restrito a uma pequena faixa do mercado.

A recomendação de Mello e Castro era o inverso de uma política de proteção tarifária para o produto doméstico. Nessa política se aumenta o imposto de importação para encarecer o importado, fortalecendo a posição competitiva do artigo local. O que se propõe aqui é uma política de *desproteção* do produto local em favor do importado (exportado por Portugal) – reduzir o imposto de importação em Minas para baratear o produto português, dando-lhe melhores condições de concorrer, no mercado mineiro, com o sucedâneo produzido localmente.

Uma medida heterodoxa, mas compreensível, já que cuidava de proteger os interesses dos comerciantes, produtores, e talvez, dependendo das elasticidades, da própria real fazenda portuguesa. Muito mais inusitada, e reveladora sobre a política colonial e sobre a situação da economia mineira foi a determinação seguinte, que mandava o governador examinar “com particular reflexão os gêneros e efeitos da produção e manufatura da capitania de Minas que são idênticos ou análogos aos que entram de fora, da produção ou manufatura das outras capitanias, tais como quadrúpedes de toda a qualidade, águas ardentes fabricadas na terra, açúcar, sal, azeite e outros semelhantes, porque, achando-se os de fora sujeitos a pagar direitos, não há razão alguma para que os de dentro fiquem totalmente isentos deles (...) Não os pode isentar a razão de haverem pago dízimo, porque os de fora também os pagam nos seus respectivos lugares”.³¹¹

A ordem era, pois, taxar os produtos “de dentro” para favorecer os “que entram de fora” – o avesso da substituição de importações – e uma proposta muito mais radical do que a anterior, que se limitava a desonerar o produto português. Ainda mais porque agora, os produtos “de fora” não eram sequer as exportações da metrópole, mas a produção das outras capitanias. Isso revela um aspecto da arquitetura

310 Mello e Castro. Instrução para o Visconde de Barbacena, p. 42.

311 Mello e Castro. Instrução para o Visconde de Barbacena, pp. 47-48. O ministro mandou organizar três pautas: uma com os gêneros que vêm do Rio de Janeiro, outra com aqueles que entram das outras capitanias, e a terceira com “os da produção e manufatura de Minas, análogos e da mesma qualidade dos de fora, e os respectivos direitos que devem pagar”. Isso feito, o governador poderia, em acordo com o vice-rei do Brasil, determinar sua cobrança por um ano, ou aguardar as reais ordens a respeito da matéria, p. 48.

econômica colonial mercantilista, que nem sempre é lembrado pela historiografia. Fala-se muito na reserva, até por meios violentos, do mercado da colônia para os comerciantes e/ou produtores metropolitanos – o famoso “exclusivo” – mas raramente se menciona o projeto de criar amarras econômicas entre as colônias ou, no caso do Brasil, entre as regiões.

Na mente do colonizador, o desenho da colônia ideal incluía não só a dependência da metrópole, mas também uma rede de dependências cruzadas entre suas partes. Não se tratava apenas de proteger as exportações ou o comércio da metrópole, como no caso da proibição do fabrico de ferro, pólvora ou tecidos, mas de criar especializações produtivas ou monopólios regionais de oferta para gerar interdependência entre as capitanias. Elas não deveriam ser autossuficientes, mas sim complementares, e trocar produtos entre si. A parte do rei viria dos direitos de entradas gerados por esse comércio. Em particular, Minas não deveria produzir aguardente, nem açúcar, nem tabaco, nem bestas (nem “sal, azeite e outros semelhantes”, conforme a *Instrução*). Esses artigos eram reservados a São Paulo, ao Rio de Janeiro, à Bahia e ao Rio Grande, que os forneceriam a Minas Gerais. Isso é dito, com todas as letras, por exemplo, por Teixeira Coelho, em sua memória de 1780:

Na capitania de Minas somente se deve trabalhar nas lavras e na cultura das terras que produzem os gêneros necessários para o sustento dos povos; e as aguardentes de cana devam ir para Minas das capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde não há ouro, o que faria crescer os direitos das entradas. O mesmo digo quanto à folha do tabaco, a que chamam fumo, a qual devia cultivar-se somente nas capitanias do Rio e de São Paulo, e não em Minas, porque o grande número de escravos que se emprega neste exercício podia empregar-se na extração do ouro, em utilidade do real quinto e dos direitos de entradas que se pagam nos registros.³¹²

A taxação sobre os “similares internos” tinha a finalidade de desestimular a produção desses bens, tornando-a menos competitiva, da mesma forma que a proibição dos engenhos e o estanco do tabaco tiveram a intenção de impedi-la. Nas palavras do próprio Mello e Castro, “é indispensavelmente necessário que a capitania de Minas se conserve em alguma dependência das outras capitanias pelo que respeita ao seu consumo e giro do seu comércio; porque de outra forma se acabaria a comunicação entre elas e se extinguiriam as mútuas vantagens que reciprocamente se podem prestar umas às outras”. Exemplifica com o caso das “bestas

312 Teixeira Coelho. *Instrução*, p. 454. Sobre isso veja-se também Guerzoni Filho. *Política e Crise*, p. 14 e seguintes.

muares” do Rio Grande, das quais Minas fizera no passado grande importação. Por serem de fora, além das despesas de condução e passagens, esses animais pagavam o direito de entrada, mas de uns tempos para cá, Minas passara a criar suas próprias bestas – o que “de nenhuma sorte se devia ter consentido” – as quais, por serem “do país” não pagavam direitos. Assim, as bestas gaúchas não tinham condições de concorrer com as bestas mineiras. O resultado seria que “dentro em breve tempo se acabará este ramo de comércio entre as duas capitânicas, com grave prejuízo da do Rio Grande, e igualmente da real fazenda. E o mesmo acontecerá com os mais gêneros e efeitos acima indicados, se entre os do país e os de fora não se estabelecer quanto (sic) for praticável uma igualdade de concorrência, por meio de uma proporcionada contribuição de direitos”.³¹³

Essas considerações deixam patente que o experiente ministro do Ultramar, há quase duas décadas no cargo encarregado de cuidar de todos os negócios coloniais,³¹⁴ não estava falando de uma colônia decadente ou mesmo estagnada, mas de uma economia diversificada e robusta, que escapava cada vez mais ao controle da metrópole. Não era uma região arruinada na qual se havia criado apenas “alguma agricultura de subsistência”, como afirmava o economista paraibano.

Outros documentos da época também indicam que, ao procurar conter ou reverter a diversificação da economia mineira, Portugal estava tentando botar tranca em uma porta arrombada. A diversificação já havia se consumado há tempos e a independência econômica de Minas já era uma realidade irreversível.

Também na década de 1770, o capitão general e governador de São Paulo, Luís Antônio de Souza, o morgado de Mateus, oficiou repetidamente à coroa e ao capitão general de Minas reclamando sobre o desenvolvimento da pecuária mineira, com o argumento de que quanto mais os mineiros consumissem gado criado em sua própria capitania, menos comprariam os animais vindos dos campos do sul, fazendo diminuir os direitos de passagens, pagos em sua capitania, assim como as rendas reais, pois se pagariam menos direitos de entradas.³¹⁵

313 Mello e Castro. Instrução para o Visconde de Barbacena, pp. 47-48.

314 Martinho de Mello e Castro foi nomeado para o cargo de secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos em 4 de janeiro de 1770. Sucedeu a Francisco Xavier Furtado de Mendonça, irmão do marquês de Pombal, e permaneceu nesse cargo até sua morte em 1795. Conhecia pessoalmente o Brasil, onde estivera de 1754 a 1756, e era provavelmente a autoridade metropolitana mais bem informada sobre a situação das colônias.

315 Dauril Alden. *Royal Government in Colonial Brazil. With special reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968, p. 386.

Vale a pena ver ainda o que diz sobre esse assunto o autor do Roteiro do Maranhão a Goiaz:

Aplicando-se, como vão fazendo os habitantes de Minas a todos os objetos da Agricultura, em um país que não só produz os gêneros da América, mas também os da Europa, passando do mesmo modo a aperfeiçoarem as manufaturas, a que se vão inclinando; chegando, por último, a ter todo o necessário físico, que caminhos restariam à Metrópole para haver deles o ouro? Teria ela porventura por equivalente a introdução de um luxo em mercadorias acomodadas ao gênio dos mineiros, para assim haver deles, por condescendência o ouro que eles de necessidade lhe deviam dar? De qualquer outro meio que para esse fim servisse a Metrópole, ela e as capitânicas da Marinha não poderiam tirar as vantagens que perderiam do comércio estabelecido em gêneros de primeira necessidade. Os dízimos, os impostos, seriam só os canais por onde correria o ouro das minas à Metrópole; mas seriam sempre copiosos e perenes, descendo dum país já dela independente para a sua subsistência? Se for possível que todos os habitantes de Minas se ocupassem só na extração do ouro, e que todo o necessário físico se lhes introduzisse da metrópole e capitânicas da marinha; deste estado de total dependência que utilidade não tiraria a Metrópole! Esta nada teria que receiar do orgulho dos mineiros. Ela veria notavelmente crescer a povoação e cultura das capitânicas da marinha, aumentar-se o seu comércio, e pagarem as Minas por este modo o equivalente dos gêneros que pela sua situação do interior do país, não pode de outra sorte a Metrópole delas esperar.³¹⁶

No final do século XVIII, a força do mercado já tinha detonado o *blueprint* colonial, e invertido o sentido da dependência – agora o Rio de Janeiro é que dependia de Minas Gerais, e não vice-versa. As únicas linhas vitais de suprimentos para Minas eram o porto daquela cidade e, em menor escala, o da Bahia, porque era por aí que a capitania mediterrânea se conectava com a África e com o tráfico atlântico de escravos, crucial para sua economia.

A resposta dos mineiros ao pedido de ajuda da metrópole para enfrentar a crise financeira causada pelas guerras napoleônicas também revela muito sobre a saúde de sua economia e seu descolamento do setor aurífero em colapso. Nos primeiros anos do século XIX, a produção de ouro, medida pela arrecadação dos quintos,

316 Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauí. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXII, parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, pp. 121-22. Não se conhece o autor desta memória. O texto não é datado, mas foi escrito, com certeza, entre 1770 e 1802.

estava no fundo do poço. A média dos anos 1801-1807 era menos de um quarto do que fora em seu zênite (1736-1751), e continuava caindo, lenta e inexoravelmente,³¹⁷ mas isso em nada comprometeu a prosperidade da capitania.

Em 1804, premido por “despesas exorbitantíssimas” causadas pela “geral e prolongada perturbação de toda a Europa”, o príncipe regente resolveu solicitar donativos de seus súditos coloniais. Para isso, enviou ao governador de Minas a carta régia de 6 de abril de 1804, a qual, além de criar uma nova capitação de 600 réis por escravo, convocava novamente os mineiros, que já tinham socorrido a coroa, com subsídios “voluntários”, na reconstrução de Lisboa após o “terramoto” de 1755, na construção do palácio da Ajuda, depois do incêndio da Real Barraca em 1794, e em vários outros apertos, a fazer novos donativos, acenando com recompensas em mercês e títulos honoríficos.³¹⁸

O governador pôs mãos à obra e, apesar do “*suposto* estado decadente do país”, arrecadou contribuições no montante de 252 contos de réis, que foram enviados a Lisboa em barras de ouro, ouro em pó e moedas de ouro.³¹⁹ Esse valor, coletado em pouco mais de um ano, é equivalente a mais de um quarto da soma total dos donativos enviados ao longo de vinte e dois anos, de 1757 a 1778 pelas câmaras municipais de Minas para a reconstrução da capital portuguesa.³²⁰

Todas as regiões da capitania participaram do mutirão para socorrer o príncipe regente, e a contribuição de cada uma foi consistente com seu potencial econômico na época. A comarca do Rio das Mortes, além de ser a mais populosa era certamente a mais próspera. A do Serro Frio participou exatamente na proporção de sua população, e a de Vila Rica tinha a menor população, mas sediava o governo e uma concentração de pessoas com rendas altas. A do Rio das Velhas tinha a segunda maior população, mas incluía áreas do norte e do noroeste, que eram mais remotas

317 Quintos 1714-1787: Maxwell. *Conflicts and Conspiracies*, pp. 252-53; quintos 1788-1807: Eschwege. *Pluto Brasiliensis*, p. 202.

318 APM. SC-294. Secretaria de Governo da Capitania. Registro de cartas régias e avisos. Carta Régia de 6 de abril de 1804, ao Governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, solicitando donativos voluntários dos mineiros. Veja-se também APM. CMOP cx. 78. doc. 05. Carta de Lucas Antônio Monteiro de Barros, Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de Vila Rica, em 15/09/1804. Solicitação do Cumprimento da Carta Régia de 06/04/1804, que estabelece o imposto de 600 réis pela posse de escravos e pelo donativo voluntário.

319 Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais* [1807]. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, pp. 114-15. Os itálicos são meus.

320 “Cálculo das remessas que se fizeram para a Corte do subsídio voluntário oferecido pelas Câmaras da Capitania de Minas Gerais para a reedificação da cidade de Lisboa, em cada um dos anos em que se pagou o mesmo subsídio”. Teixeira Coelho. Instrução, pp. 436-37.

e mais atrasadas. Os valores dos donativos individuais foram variados, mas deixam claro que em nenhuma delas a população estava na miséria, como queriam os catastrofistas.³²¹

Localizei no Arquivo Público Mineiro listas de doadores referentes a vários distritos pertencentes a nove dos 14 termos então existentes – Vila Rica, Mariana, Sabará, São João del Rei, Caeté, Vila do Príncipe, Pitangui, Queluz e Paracatu.³²² Essas relações são incompletas, mas contêm alguns milhares de lançamentos, que permitem caracterizar com segurança o perfil dos doadores e os tipos de donativo. As listas que compilei pessoalmente ³²³ revelam uma grande adesão de todos os segmentos da população livre. O bispo, o governador, grandes mineradores, grandes comerciantes e altos funcionários, doaram pequenas fortunas. Mas não foram os únicos – muito mais gente, de todas as classes, ocupações e cores, também fez donativos. Eclesiásticos, pequenos funcionários, médios e pequenos comerciantes, vendeiros, soldados, profissionais liberais, mestres de ofícios, artesãos, faiscaidores, quitandeiras, costureiras, sapateiros, artistas, forros e forras, viúvas, e até pobres, também doaram, cada um dentro de “suas privativas faculdades”. Um grande número fez donativos “gratuitos” ou “por si”, como eram chamados os donativos verdadeiramente voluntários, que ultrapassavam o valor obrigatório de 600 réis por escravo. Também fez donativos “por si” muita gente que não tinha nenhum escravo e, portanto, nenhuma obrigação de contribuir. No termo de Vila Rica, 87% do valor total doado o foi na modalidade “por si”, e 89% dos doadores fizeram doações desse tipo. No termo de São João del Rei, 67,5% do total foi doado nessa modalidade, que foi usada por 99% dos doadores.³²⁴

Registre-se, para comparação, que o mesmo apelo foi dirigido à capitania de São Paulo. Porém, o governador Antônio José de Franca e Horta, explicou que não

321 As porcentagens do donativo arrecadado foram: Rio das Mortes 35,9; Rio das Velhas 25,4; Serro 17,3; Vila Rica 21,4. As porcentagens da população total em 1808 eram: Rio das Mortes 33,3; Rio das Velhas 32,2; Serro 17,9; Vila Rica 16,6. Mapa do Donativo Voluntário que ao Augusto Príncipe R. N. S. ofereceram os povos da Capitania de Minas Gerais no ano de 1806. In: *Uma raridade bibliográfica: O Canto Encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, em Vila Rica, 1806*. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional e São Paulo: Gráfica Brasileira, 1986, p. 65.

322 Não encontrei (ainda) listas referentes aos termos de São José, Minas Novas, Tamanduá, Barbacena e Campanha.

323 APM. CC 1610, APM. CC 2202, APM. CC 2203, APM. SG. Cx. 64 - Doc. 03 e APM. Ofício de José Gregório de Moraes Navarro.

324 Uma exposição mais detalhada sobre o donativo de 1804, com especial referência à capital mineira, pode ser vista em Roberto Martins. Vila Rica, vila pobre.

iria cobrar a taxa sobre os escravos porque a escravatura em São Paulo era muito diminuta (...) Não havia na capitania “minas permanentes”, nem a posse de escravos estava “na razão direta dos haveres de cada um”. Franca e Horta organizou algumas coletas, mas esquivou-se de assumir qualquer compromisso, alegando “as poucas forças dos seus habitantes pela estreiteza do seu comércio e atraso da agricultura”³²⁵

FARTURA PRA DAR E VENDER

Ainda no tema da situação econômica da capitania, é interessante lembrar também o episódio da chegada da corte portuguesa ao Brasil, pouco tempo depois. Sabemos que desde o século XVIII, o Rio de Janeiro já era abastecido de mantimentos por Minas Gerais. Quando o vice-rei, conde dos Arcos recebeu, em 14 de janeiro de 1808, a inesperada notícia da partida da família real de Portugal, e de sua iminente chegada ao Rio de Janeiro,³²⁶ era natural, portanto, que Minas Gerais fosse um dos principais alvos do seu esforço para suprir a cidade dos mantimentos necessários para receber o príncipe regente, sua família, e a grande comitiva que os acompanhava.³²⁷

Ordens e pedidos de socorro foram expedidos para as capitanias vizinhas e para localidades próximas ao Rio, e as autoridades mineiras se movimentaram rapidamente para atendê-las. Poucos dias depois da notícia, em 24 de janeiro, já era divulgado pelo Ouvidor Geral da comarca do Rio das Mortes o seguinte edital:

Faço saber a todos os fiéis e generosos vassallos americanos desta comarca, que acabo de receber a mais alegre notícia que pode dar-se (sic) aos mesmos vassallos de Sua Alteza Real, nosso augusto e amabilíssimo príncipe, de que este mesmo senhor está próximo a chegar à cidade do Rio de Janeiro com toda a sua augusta família (...) devemos todos com a maior prontidão mostrar o quanto a estimamos, por todos os modos que nos forem possíveis, acertando-lhe tudo quanto possa caber nas nossas

325 Maria Beatriz Nizza da Silva. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, pp. 258-59.

326 Patrick Wilcken. *Império à deriva. A corte portuguesa no Rio de Janeiro. 1808-1821*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005, p. 103

327 Segundo Manchester, “variam muito as estimativas, mas aproximadamente umas dez mil pessoas tomaram os navios entre a manhã de 25 e a noite de 27 de novembro”. No mesmo artigo apresenta um leque de estimativas que variam entre oito e quinze mil pessoas. Alan K. Manchester. A Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro. In: H. H. Keith e S. F. Edwards (orgs.). *Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira. Ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 183. Pode-se afirmar que a população carioca teve um acréscimo, de um dia para o outro, de pelo menos 17 a 20 por cento. Veja, Roberto Borges Martins. A Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil: Impactos sobre Minas Gerais. In: Cedeplar-UFMG. *XIII Seminário sobre a Economia Mineira (Diamantina 2008)*.

possibilidades, aprontando-lhe naquela cidade, onde se espera o seu feliz desembarque, tudo quanto possa haver nesta comarca, e principalmente os gêneros, e víveres declarados em uma relação que hoje recebo do Excelentíssimo General desta mais afortunada capitania, a saber: gados, toucinhos, carnes de porco, arroz, queijos, farinha de trigo, açúcar, farinha de mandioca, feijão, e tudo mais que parecer necessário.

O ouvidor determinou que se aprontassem *todas* as bestas muares e cavalos disponíveis, e ordenou a *todos* os tropeiros da comarca que não fizessem nenhuma viagem com suas tropas sem sua licença, permanecendo em rigorosa prontidão para conduzirem os gêneros ao Rio de Janeiro, “devendo para os ditos fins ter as suas tropas internadas e prontas para saírem com elas para a pré-dita cidade ao primeiro aviso que eu lhes fizer. Bem entendido que será sem demora”.

Comunicou ainda que todos os vassallos que desejassem distinguir-se nessas ofertas poderiam fazê-lo perante a ele próprio, que mandaria abrir um livro de registro “para assim melhor poder chegar a notícia ao nosso soberano monarca”, e que esperava que os habitantes da comarca fossem generosos à mesma “proporção e maneira que sempre o têm costumado fazer em outras ocasiões”.³²⁸

A família real desembarcou no Rio em 7 de março, e já no dia 8 do mesmo mês o governador Pedro Maria Xavier oficiava ao ministro visconde de Anadia, informando já terem sido arrecadadas “setecentas e tantas cabeças de gado vacum, 250 porcos e outros gêneros mais, que espontaneamente têm sido oferecidos pelos povos”.³²⁹ Uma doadora conhecida foi Dona Joaquina de Pompeu, rica fazendeira em Pitangui que, ainda em 1808, doou 200 cabeças de gado, através de seu representante em Vila Rica, Diogo Pereira de Vasconcelos.³³⁰ Os mineiros seguiram fazendo avultadas doações, e na sequência continuaram sendo importantes abastecedores comerciais da cidade – transformada em sede da corte, com uma população multiplicada – como vinham fazendo desde o século anterior, mas agora em escala ampliada.

A generosidade da capitania não surpreende, em vista das ocasiões anteriores em que foi convocada, mas isso não é o principal. O que importa ressaltar nesse

328 Desembargador Antônio José Alvares Marques da Costa e Silva. Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca do Rio das Mortes. Vila de São João de El Rei, 24 de janeiro de 1808. *Revista do Arquivo Público Mineiro* X, fascículos III e IV (julho-dezembro de 1905), pp. 720-721.

329 Segundo Marcos Ferreira de Andrade essa foi uma doação feita pela Câmara de Campanha. Veja, Marcos Ferreira de Andrade. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 32.

330 Alcir Lenharo. *Política e Negócios*, pp. 16-17.

evento, é a prontidão da resposta, seu volume, e o fato desse esforço não ter causado qualquer stress na economia local – o que demonstra a existência de consideráveis excedentes agrícolas e pecuários. Assim, da mesma forma que o episódio do donativo de 1804-1806 demonstrou que havia riqueza suficiente para bancar as doações de várias faixas da população, a pronta disponibilidade de alimentos para doação em 1808 revela, uma vez mais, que havia abundância e prosperidade em uma época na qual, segundo a historiografia tradicional tudo era miséria e ranger de dentes na capitania de Minas.

A IMPORTAÇÃO DE ESCRAVOS NUNCA PAROU

Do ponto de vista econômico um escravo é um insumo produtivo – um bem de capital. É exatamente equivalente a uma máquina ou a qualquer outro equipamento empregado na produção. Comprar um escravo era fazer um investimento com o objetivo de produzir alguma coisa. Em outros sistemas escravistas, ou em outras eras, os escravos foram usados para outras finalidades além da produção, mas na escravidão americana da era moderna isso foi absolutamente irrelevante.³³¹ “Embora os escravos tenham sido usados para muitas finalidades neste hemisfério – como, por exemplo, artesãos, músicos, concubinas, criados domésticos, subalternos, e escribas – sua função primordial foi servir como trabalhadores manuais empregados (...) na produção de artigos para o mercado (...) não eram primordialmente uma fonte de prestígio, de gratificação sexual, de satisfação de impulsos sádicos, ou qualquer outra coisa que não fosse o lucro”.³³² Ou seja, é claro que existiram escravos domésticos, valetes, pajens, mucamas, amas de leite, concubinas, e em outras funções não ligadas à produção, e sim ao consumo, às vezes suntuário ou conspícuo, mas isso é totalmente irrelevante do ponto de vista sistêmico.³³³

331 Na antiguidade ou na escravidão interna da África, por exemplo, além do recrutamento de força de trabalho, o regime servil atendia a outras motivações sociais e políticas. Suzanne Miers e Igor Kopytoff. *Slavery in Africa. Historical and Anthropological Perspectives*. Madison: University of Wisconsin Press, 1977, p. 72. Na expansão europeia que se seguiu aos grandes descobrimentos, a instituição – já praticamente extinta na Europa ocidental – foi ressuscitada com um caráter radicalmente distinto. Nessa escravidão reinventada os cativos serviram essencialmente como trabalhadores para a exploração dos imensos recursos naturais que os europeus encontraram no Novo Mundo.

332 Sidney Mintz. *Caribbean Transformations*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1974, p. 47.

333 Para uma discussão um pouco mais extensa sobre essa questão, veja Roberto Borges Martins. Notas sobre a demografia das populações escravas da América. In: Cedeplar-UFMG. *XVII Seminário sobre a Economia Mineira (Diamantina 2016)*.

Não se importavam escravos por diversão, por esporte, por lascívia ou por luxo, mas para a produção. Portanto, assim como a importação de máquinas e equipamentos é um bom indicador do nível de atividade de uma economia moderna, a participação no tráfico atlântico era, naquele tempo, uma excelente indicação do nível de investimento e da conjuntura de uma economia escravista.

Uma economia estagnada ou em recessão reduz ou suspende a demanda por trabalho. Uma economia saudável e em crescimento mantém ou amplia, *coeteris paribus*, a demanda por mão de obra. Numa economia escravista, a continuidade da importação de escravos é um sinal seguro de que a mesma não está deprimida. A suposta interrupção ou queda drástica nas importações de africanos e a suposta decadência econômica de Minas Gerais são teses xifópagas – são rigorosamente duas faces de uma mesma moeda. Afastada uma delas não há como sustentar a outra.

Não é possível, com os dados atualmente disponíveis, afirmar se o *ritmo* de importação de escravos estava em queda, em ascensão, ou estável, no final do século XVIII. Mas podemos descartar, por caduca, a surrada lorota de que a importação de escravos parou (ou se reverteu em exportação) porque a mineração entrou em decadência. Na economia diversificada do final do século, a mineração aurífera não mais determinava, havia muito tempo, o nível da demanda por trabalho escravo. Essa procura era função de um amplo conjunto de atividades, dentre as quais o setor ouro era um componente menor. Mesmo sem poder fixar números precisos, existe farta evidência empírica e documental comprovando que o fluxo de africanos não se interrompeu – *Minas nunca parou de importar novos escravos* – um atestado seguro do dinamismo econômico da capitania no final dos setecentos.

No relatório de transmissão do cargo a seu sucessor, datado de 19 de junho de 1779, o vice-rei do Brasil e governador do Rio de Janeiro, D. Luís de Almeida Portugal, 2º. marquês do Lavradio, refere-se às entradas de escravos para a capitania mineira como algo corriqueiro e frequente, e informa que entre as funções do Provedor da Fazenda se incluía a de emitir “as guias para os escravos que vão para Minas, afim de que estes paguem primeiro os direitos que devem a Sua Majestade”.

Mais adiante, relata que para acabar com a desordem, a insalubridade e as indecências decorrentes dos desembarques de africanos na cidade, resolveu ordenar que “todos os escravos que viessem nestas embarcações” fossem depositados no “sítio chamado Valongo”, e que os compradores, “enquanto os não conduziam para as Minas, ou para as suas fazendas depois de comprados, os tivessem no campo de

S. Domingos, aonde tinham todas as comodidades, e livravam a cidade dos incômodos e prejuízos”.³³⁴

Em sua memória de 1780, o desembargador José João Teixeira Coelho, que fora intendente do ouro em Vila Rica durante toda a década anterior, menciona várias vezes as entradas de escravos novos para Minas, e a arrecadação dos direitos pagos por essas importações. No ano de 1778, a receita desse tributo atingiu a quantia de mais de 13,6 contos de réis, o que implica na entrada de mais de 4.500 negros novos, somente nesse ano.³³⁵ Em outro trecho o desembargador informa que “tem-se calculado que em cada ano entram para Minas quatro mil escravos, pouco mais ou menos”. O ex-intendente afirma que a maior parte dessas importações não se destinava à mineração, e sim a outras atividades – esses escravos eram usados no “serviço dos particulares” e pelos roceiros, restando uma parcela insuficiente para guarnecer as “fábricas minerais”. Para aquilatar a dimensão desse número, basta observar que ele representa metade (exatamente 49,3%) da média anual de africanos desembarcados no sudeste brasileiro no quinquênio 1776-1780, ou 24% dos desembarques anuais no sudeste e na Bahia *somados*, ou ainda 20% da média anual de todos os africanos desembarcados no Brasil no mesmo período.³³⁶

Também em 1780, o governador D. Rodrigo José de Meneses, em seu relatório para Martinho de Mello e Castro, fez diversas referências à importação de escravos por Minas Gerais, e propôs a criação de um fundo, com recursos da real fazenda, com a finalidade de emprestar dinheiro aos mineradores, para que pudessem comprar seus escravos com juros mais baixos.³³⁷ Na mesma época, José Joaquim da Rocha também menciona, em sua memória escrita em 1780-1788, a importação de escravos pelo registro de Matias Barbosa, e informa que cada negro novo pagava 3.000 réis de direitos de entrada, ali e em todos os outros registros onde se cobravam esses direitos.³³⁸

334 Relatório do Marquez de Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcellos e Souza, que o sucedeu no vice-reinado. *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*, nº. 16, janeiro de 1843, pp. 446, 450-51. Note-se que o vice-rei menciona especificamente as saídas de escravos novos para Minas e para nenhum outro destino.

335 Teixeira Coelho. Instrução, p. 392. José Joaquim da Rocha informa que cada negro novo pagava 3.000 réis de direitos de entrada em todos os registros da capitania. Rocha. *Geografia Histórica*, pp. 123-24.

336 Teixeira Coelho. Instrução, p. 378. Os dados do tráfico são da Trans-Atlantic Slave Trade Database.

337 D. Rodrigo de Menezes. Exposição, pp. 317-18.

338 Rocha. *Geografia Histórica*, pp. 123-24.

Outra evidência interessante da continuidade das importações de africanos é revelada por uma disputa pelo controle do mercado mineiro de cativos. A vila de Santos já havia tentado, em 1713, em pleno rush minerador, ser credenciada como porto oficial de entrada de escravos.³³⁹ A pretensão foi derrotada pelo Rio de Janeiro que, com a abertura do Caminho Novo passou a ser o grande entreposto do tráfico atlântico e, com base sobretudo nesse ramo de comércio, cresceu e tornou-se a capital da colônia. Quase oito décadas depois, em 1791, já no ocaso da produção aurífera, os paulistas renovaram o pleito, causando uma confrontação entre seu governador e o vice-rei do Brasil.

A licença dada pela rainha a um comerciante de Lisboa, a “instâncias do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Bernardo José de Lorena (...) para ir a Benguela carregar de escravos, e conduzi-los em direitura ao porto de Santos”, para vendê-los para Minas Gerais, gerou um imediato e vigoroso protesto do conde de Rezende, D. José Luís de Castro, em defesa dos interesses do Rio de Janeiro. “Se o projeto do capitão general de São Paulo não for de alguma forma interrompido”, dizia o vice-rei ao ministro Mello e Castro, seguir-se-iam “prejuízos gravíssimos à fazenda real, à agricultura e comércio do Rio de Janeiro (...) porque não serão unicamente os escravos, que por aquela praça se introduzam em Minas, como também quaisquer efeitos, de onde resultará maior abatimento aos rendimentos da alfândega desta cidade”, a qual, por ser a capital tinha mais responsabilidades e necessitava de mais recursos que as “capitanias subalternas”.³⁴⁰

O projeto paulista foi novamente derrotado, e a cidade maravilhosa prosseguiu com seus negócios negreiros até tornar-se, no século XIX, o maior porto escravista do mundo. O episódio revela que nessa época, como no início do século, disputava-se um mercado altamente comprador. Se sua economia estivesse em ruínas, se os mineiros tivessem suspenso suas compras de africanos, ou se estivessem liquidando suas escravarias (como diziam Simonsen e Furtado) ninguém se preocuparia em brigar por esse mercado moribundo.

Outros relatos contemporâneos também atestam a continuação das importações de escravos por Minas Gerais. Em um texto publicado em 1801, Antonio José Vieira de Carvalho, cirurgião-mor do regimento de cavalaria de Vila Rica,

339 Maurício Goulart. *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. 3ª. edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, pp. 137-38.

340 Carta do conde de Rezende representando contra a licença de Sua Majestade a Jacinto Fernandes Bandeira, negociante da praça de Lisboa (1791). Archivo do Districto Federal. *Revista de Documentos para a História da Cidade do Rio de Janeiro*, vol. I (1894). Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1894, pp. 480-81. Veja também Alden. *Royal Government in Colonial Brazil*, p. 386.

afirmou que, no exercício da medicina na capital mineira, pôde ver, com seus “mesmos olhos”, o grande sofrimento da “inumerável multidão dos negros que [para] ali transporta a escravidão e o comércio”.³⁴¹ Em 1802, o já citado José Manuel de Sequeira, escreveu que a capitania de Minas Gerais importava ferro, aço e escravos, fazendo nessas importações uma “grandíssima despesa”.³⁴²

Angelo Carrara localizou, em documentos fiscais da capitania, dados que permitem estimar a entrada de mais de 40 mil africanos, apenas pelos registros do Caminho Novo, Mantiqueira, Rio Pardo e Jacuí, entre os anos de 1785 e 1807, ou seja, antes da região receber quaisquer estímulos da transferência da corte portuguesa para o Rio.³⁴³

Analisando inventários de habitantes da comarca do Serro, no outro extremo da capitania, referentes às décadas de 1780-1789, 1790-1799 e 1800-1810, José Newton Coelho Meneses observou uma presença africana muito alta e crescente nas escravarias. Partindo do nível de 60% na primeira década, a parcela de africanos, entre os cativos com origem conhecida, salta para 72% na década seguinte, e se mantém nesse patamar na primeira década do oitocentos. Tal incremento já constitui, por si só, um sinal seguro da continuidade das importações, indicador que fica muito reforçado quando lembramos que a taxa de mortalidade dos africanos, especialmente dos africanos novos, era muito maior que a dos crioulos. Ao pesquisar as razões de sexo desses cativos, o autor encontrou, consistentemente com o achado anterior, uma altíssima e também crescente preponderância do sexo masculino. A razão de masculinidade (homens por 100 mulheres) cresce de 233 nas duas primeiras décadas, para 900 no último decênio enfocado, evidenciando mais uma vez a continuada entrada de africanos nessa população. Em conclusão, Meneses observa

341 *Observações sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir, por Mr. Dazille (...)* traduzidas na língua portuguesa (...) por Antonio José Vieira de Carvalho, Cirurgião Mor do Regimento de Cavalleria Regular de Minas Geraes, e Lente de Anatomia, Cirurgia e Operações no Hospital Real Militar de Villa Rica. Lisboa, na Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, 1801, pp. 3-4.

342 Sequeira. Memória sobre a decadência, p. 99.

343 O levantamento de Carrara registra diretamente cerca de 21 mil entradas. Minha estimativa resulta de ajustes feitos para preencher lacunas temporais nos registros. Não foi feito nenhum ajuste para corrigir as sonegações e contrabandos sempre presentes em dados de origem fiscal, nem para incluir outros postos aduaneiros. Carrara. *Minas e Currais*, pp. 337-46. Note-se que, apesar de muito expressivo (o contingente importado estimado é maior que a população escrava total de São Paulo em 1798 ou em 1808, ou que a do Maranhão em 1798), esse número é ainda muito baixo quando confrontado com os mais de 278 mil africanos desembarcados no sudeste brasileiro entre 1785 e 1807, grande parte dos quais tinha Minas Gerais como destino final, e com os 205 mil desembarcados no mesmo período na Bahia, que também era fornecedora de escravos para Minas.

que “essas cifras indicam um crescimento da importação de cativos no período, evidência de uma atividade econômica ativa que permite esse investimento por parte da elite proprietária”.³⁴⁴

Outra evidência muito eloquente de que as importações de africanos continuaram mesmo no período de declínio da extração de ouro é a manutenção de altos níveis de africanidade na população escrava dessa época. Baseado no Projeto Banco de Dados de Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas – século XVIII, coordenado pela Professora Beatriz Ricardina, Raphael Freitas Santos mostra que no distrito de Ouro Preto a africanidade dos escravos era de 83% em 1717-1733, passou para 71% em 1734-1753, e caiu apenas para 60% em 1754-1773, já na fase de franca decadência do ouro. No distrito de São João del Rei, a trajetória foi de 69% para 71% para 61% nos mesmos períodos, e na comarca do Rio das Velhas a queda foi quase imperceptível: o grau de africanidade era 76% em 1717-33, caiu para 74% em 1734-53, e manteve-se em 72% no terceiro quartel do século.

O autor conclui que “isso significa que, durante o período colonial, uma economia voltada para o mercado interno, como a comarca do Rio das Velhas [objeto de seu estudo] após a segunda metade do XVIII, por exemplo, pode ser capaz de gerar recursos para novas importações de escravos. Ou seja, a comarca estava vinculada ao mercado internacional, mesmo contando com uma economia que, cada vez mais, caminhava em direção à produção de gêneros destinados ao mercado local e/ou regional”.

Santos observa ainda que “os próprios dados apresentados por Luna e Costa mostram que, de acordo com um censo feito em 1771 – período em que a produção do ouro já havia declinado – na freguesia de Congonhas do Sabará, comarca do Rio das Velhas, a proporção de escravos de origem africana era muito maior (69,4%) do que a percentagem de escravos coloniais, ou seja, nascidos na América portuguesa (30,6%)”.³⁴⁵

Algumas pessoas parecem não se dar conta de que 60% significa um altíssimo nível de africanidade, que só pode ser sustentado mediante contínuas injeções de indivíduos africanos na população. Como, por definição, não podem nascer

344 O autor alerta para o reduzido tamanho da amostra, que contém apenas 509 indivíduos, mas os resultados são muito expressivos, não só pela magnitude dos indicadores de africanidade e de masculinidade, mas também pelas distorções na estrutura etária dos cativos. Meneses. *O Continente Rústico*, pp. 202-206.

345 Raphael Freitas Santos. Um estudo sobre os padrões de posses de escravos; Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa. Estrutura da posse de escravos. In: *Minas Colonial: Economia e Sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 50.

africanos na América, qualquer interrupção nas importações causaria uma queda no grau de africanidade. Como a taxa de mortalidade dos africanos era muito alta³⁴⁶ essa queda seria grande e rápida. Mais que isso, dadas as altas taxas de mortalidade, mesmo uma simples desaceleração das importações já provocaria um grande declínio da taxa de africanidade.

O caso da Jamaica, para o qual existem bons dados estatísticos, ilustra bem esse processo. Em 1750, 78% dos escravos daquela colônia eram africanos. Entre essa data e a abolição do tráfico no Império Britânico, em 1807, foram importados 673 mil africanos, ou cerca de 11,8 mil por ano, em média. Apesar disso, sua proporção caiu para 45%. Depois de encerrado o tráfico, obviamente a porcentagem continuou caindo, e atingiu 37% em 1817, e 23,5% em 1832, dois anos antes da abolição da escravidão. Quedas semelhantes aconteceram em todas as Índias Ocidentais Britânicas, apesar das políticas de *amelioration* em operação. Em Barbados, a taxa de africanidade caiu de 7,1% em 1817 para 2,9% em 1832; no Demerara-Essequibo de 54,7% para 34,5% nas mesmas datas, e nas Bahamas de 21,1% para 9,4% entre 1822 e 1834.³⁴⁷

O mesmo processo pode ser observado nos Estados Unidos, onde em 1731-1740, 41% dos escravos eram africanos. Entre esse período e a abolição do tráfico, efetivada em 1808, a colônia e o jovem país importaram cerca de 305 mil africanos (78% de suas importações totais), e apesar disso, no censo de 1810, o grau de africanidade havia caído para 20%. No censo seguinte, em 1820, era apenas 12%, em 1840, somente 5%, e no último recenseamento do período escravista, em 1860, às vésperas da guerra civil, menos de 1% dos escravos norte-americanos eram nativos da África.³⁴⁸

A maior parte das evidências apresentadas até aqui se refere ao fluxo de africanos que chegava através do porto do Rio de Janeiro. A outra fonte importante no suprimento de escravos novos para a capitania mediterrânea era o tráfico da Bahia, o qual, até por volta de 1750 superava o carioca, e enviava para Minas “algo como 60%

346 Para comentários e evidências sobre a altíssima mortalidade dos africanos “novos” e a sobremortalidade dos africanos em geral, no Caribe Britânico, em Saint Domingue, em Cuba e no Brasil, relatadas por contemporâneos e por historiadores, veja Roberto Borges Martins. Notas sobre a demografia das populações escravas da América.

347 Michael Craton. *Jamaican Slavery*. In: Stanley L. Engerman and Eugene D. Genovese (eds.). *Race and Slavery in the Western Hemisphere: Quantitative Studies*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1975, p. 284; Higman. *Slave Population and Economy in Jamaica 1807-1834*, pp. 75-78; Higman. *Slave Populations of the British Caribbean*, p. 116; The Trans-Atlantic Slave Trade Database.

348 Fogel and Engerman. *Time on the Cross*, pp. 23-24.

dos escravos chegados ao porto de Salvador”.³⁴⁹ Embora tenha perdido a primazia para o Rio de Janeiro, o fluxo de escravos via Bahia continuou em uma escala considerável mesmo na segunda metade do século XVIII, durante o período de declínio da mineração. Maurício Goulart afirma que entre 1760 e 1765 saíam da Bahia para Minas Gerais cerca de 1.110 escravos por ano.³⁵⁰ Segundo Alexandre Vieira Ribeiro, “após o auge da atividade mineral, as minas continuaram a absorver os escravos que desembarcavam em Salvador, mesmo que de forma reduzida se comparado com a primeira parte do século”. Analisando o códice 249, do Arquivo Público do Estado da Bahia, constatou que “entre 1760 e 1770 foram enviados 10.081 escravos da Bahia para Minas, correspondendo a 58,7% de todos os escravos saídos de Salvador para outros destinos, incluindo aqueles situados na própria Bahia”.³⁵¹

Trabalhando com a mesma fonte, Maria do Carmo Salazar Martins e Helenice Carvalho Cruz da Silva, chegaram a resultados semelhantes: entre 1759 e 1772, “foram emitidos 3.039 passaportes para condução de escravos, dos quais 1.732 para destinos em Minas Gerais. Foram conduzidos 19.917 escravos, sendo 17.632 africanos (88,5%). Do total de cativos despachados de Salvador, pelo menos 11.702 (58,8%), dos quais 10.674 (91,2%) eram africanos, foram para destinos em Minas”.³⁵²

Raphael Freitas Santos mostra que esse tráfico estava operante e muito vivo em pleno terceiro quartel do século. Relata em sua tese o registro, no final da década de 1770, de uma sociedade “destinada a comprar escravizados no porto de Salvador e revendê-los nas Minas Gerais”, e notícias de traficantes de escravos da Bahia para os sertões de Minas, em 1768, 1775 e 1776. Segundo esse autor, “devido à alta rentabilidade das empresas, mesmo depois do declínio da oferta aurífera continuaram circulando escravizados africanos através das rotas mercantis que ligavam o porto de Salvador à capitania de Minas Gerais”.³⁵³

349 Herbert S. Klein. *African Slavery in Latin America and the Caribbean*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1986, p. 68.

350 Goulart. *A escravidão africana no Brasil*, p. 170.

351 Alexandre Vieira Ribeiro. E lá se vão para as minas: perfil do comércio de escravos despachados da Bahia para as Gerais na segunda metade do século XVIII. In: Cedeplar-UFMG. *XII Seminário sobre a Economia Mineira (Diamantina 2006)*, p. 7.

352 Maria do Carmo Salazar Martins e Helenice Carvalho Cruz da Silva. Via Bahia: A Importação de Escravos para Minas Gerais pelo Caminho do Sertão, 1759-1772. In: Cedeplar-UFMG. *XII Seminário sobre a Economia Mineira (Diamantina 2006)*, p. 5. Esses estudos mostram que havia dois diferentes fluxos da Bahia para Minas: o principal era terrestre, pelo Caminho do Sertão, e o outro enviava os africanos por cabotagem, via porto do Rio de Janeiro.

353 Santos. *Minas com Bahia*, pp. 277-79, 288.

Um depoimento categórico sobre a continuação do tráfico baiano para Minas até o princípio do século XIX, vem da famosa *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasilicas*, publicada em 1802. Seu autor, Luís dos Santos Vilhena, informa que “o comércio hoje desta praça para Minas Gerais, é muito diminuto, depois que o comum dos mineiros começaram a frequentar o Rio de Janeiro (...) Consiste este na exportação de *bastantes escravos* que o Rio não pode subministrar-lhes com a precisa abundância; fazendas brancas, e algumas de cor; armas e ferragens, pólvora, chumbo; alguns molhados, chapéus, e algumas outras bagatelas e quinquilharias”. Assim, segundo o respeitado professor régio da língua grega, no alvorecer do século dezenove, o Rio de Janeiro, já nessa época o maior porto escravista do mundo, não conseguia fornecer todos os escravos demandados pelos mineiros, que tinham de complementar suas compras naquela praça com *bastantes* escravos do mercado da Bahia.³⁵⁴

Um estudo recente, ainda em desenvolvimento, é ainda mais enfático sobre a importância da Bahia na formação do plantel mineiro. Os autores informam que “our recent research shows that about 95% of the Africans who arrived in Salvador were sent out of the captancy, notably to the gold mines of Minas Gerais. We are currently in the process of finalizing a final research project report entitled *Da Bahia ao Valongo: tráfico de escravos de Salvador para as Minas Gerais. 1700–1799* (...) where these data will be accounted for”³⁵⁵

O fluxo de africanos através da Bahia continuou nas primeiras décadas do século XIX, e se manteve até a extinção do tráfico atlântico. Em 1817, Auguste de Saint-Hilaire escreveu que “é principalmente da Bahia que vem os escravos que se vendem no Tijuco e seus arredores. Pode-se comprá-los por menor preço no Rio de Janeiro, e a distância não é tão grande, mas observou-se que há menor número de mortes no caminho da Bahia, que atravessa planícies muito quentes, que no do Rio de Janeiro, que sendo montanhoso, fresco e úmido, deve ser mais nocivo à saúde dos negros recém-chegados da costa da África.”³⁵⁶ Spix e Martius observaram, em 1818, que além dos muitos escravos despachados do Rio de Janeiro para Minas, vinha

354 Luís dos Santos Vilhena. *A Bahia no Século XVIII*. Bahia: Editora Itapuã, 1969, vol. 1, p. 57. Publicado originalmente em 1802, com o título *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasilicas, etc*. Os itálicos são meus.

355 Carlos Eugênio Líbano Soares and Raíza Cristina Canuta da Hora. African mothers in the city of Bahia, 1734–99. *Women’s History Review* 2017, p. 15, nota 22.

356 Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1974, pp. 33-34.

também uma quantidade menor da Bahia, pela rota do São Francisco.³⁵⁷ Louis de Chavagnes, conde de Suzannet, visitou o distrito dos diamantes no início de 1843, e também indicou que os africanos da região diamantina vinham da Bahia.³⁵⁸

Atualmente são disponíveis muitos dados de população da capitania, seus termos, suas freguesias e seus distritos, referentes aos anos finais do século XVIII e ao início do XIX. Esses dados permitem demonstrar com segurança, através de análises demográficas (de sexos, raças e estrutura etária), a ocorrência de fluxos migratórios (que em se tratando de escravos significam tráfico), e detectar a presença de africanos. A discussão desse tipo de material é longa e chata, requerendo considerações metodológicas demoradas, bem como um exame crítico da qualidade dos próprios dados, e por isso não será apresentada aqui.

Para encerrar o tópico, a mais óbvia de todas as evidências: o vigoroso crescimento bruto do contingente escravo mineiro na segunda metade dos setecentos. Em 1749, de acordo com a última matrícula da capitação, a população escrava de Minas era de 88.286 indivíduos. Em 1786 essa população havia quase dobrado, chegando a 174.135 cativos, com uma taxa média de crescimento de 1,8% ao ano, nesses 37 anos. Se ajustarmos esse número, como deve ser feito, para incorporar o rateio das 30.851 pessoas que não tiveram sua condição especificada no levantamento, a população escrava passa para 188.941, e a taxa de crescimento salta para 2,1% ao ano.

Lembrando que a reprodução natural dessa população era negativa, tal crescimento só poderia ser obtido através de importações volumosas e constantes. Não creio que mesmo o mais radical dos “endogenistas” que defendem o crescimento natural positivo no século XIX, teria coragem de afirmar que a duplicação dessa população, em pleno século XVIII, poderia ter acontecido sem uma enorme contribuição do tráfico de africanos.

A relação entre o tráfico, o declínio do ouro e a situação econômica de Minas foi sintetizada, de modo simples e objetivo, por Manolo Florentino, Alexandre Vieira Ribeiro e Daniel Domingues da Silva:

Ao longo do século XVIII, o perfil do desempenho da economia mineira a transformava em um dos grandes polos de demanda por africanos, contrariando clássicos como Roberto Simonsen e outros, que insistiam em encontrar uma forte crise na economia colonial a partir de meados do Setecentos (...) a performance do tráfico indica que à crise da mineração

357 Spix e Martius. *Viagem pelo Brasil*, vol. 1, pp. 208-09, 312; vol. 2, pp. 241-42.

358 Louis de Chavagnes. Le Brésil en 1844. *Revue des Deux Mondes*. Tome 7^{ème}, 14^{ème} année. Nouvelle série (juillet et septembre). Paris, 1844, p. 873.

não se seguiu a decadência generalizada da região sudeste, e menos ainda a da economia de Minas Gerais.³⁵⁹

Uma vez afastados os grandes dogmas fajutos da historiografia tradicional sobre o século XVIII – a concentração na mineração de ouro, a decadência econômica da capitania e a interrupção das importações de africanos – podemos dedicar algum espaço à discussão de alguns mitos menores, que são corolários desses grandes despautérios, os quais acredito devam ser também questionados, ou pelo menos relativizados. Encerrarei estas notas com alguns comentários sobre as lendas da transferência de escravos da mineração para o café, do surto de alforrias no final do período colonial e da articulação das economias regionais da colônia pelas demandas do setor minerador.

A LENDA DA TRANSFERÊNCIA DE ESCRAVOS PARA O CAFÉ

A lenda de que o declínio da mineração gerou um estoque de escravos redundantes, ociosos ou sub-utilizados em Minas Gerais, e que esses escravos foram transferidos para o nascente setor exportador de café no vale do Paraíba, é uma das mais pegajosas, dentre as muitas bobagens inventadas pelos historiadores apocalípticos. Como anotamos acima, tudo indica que esse mito foi criado por Roberto Simonsen, reproduzido por Luís Amaral, Celso Furtado, Antônio de Castro, e outros, e tem sido repetido como uma ladainha, até hoje, por dezenas de autores.³⁶⁰

359 Manolo Florentino, Alexandre Vieira Ribeiro e Daniel Domingues da Silva. Aspectos Comparativos do Tráfico de Africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, 31 (2004), p. 90.

360 Na tese de 1980 listamos, como exemplos de autores conhecidos que repetiam essa história, Emília Viotti da Costa, Robert Toplin, Leslie Bethell, Nelson Werneck Sodré, Richard Morse, Francisco Iglésias, Norma de Goes Monteiro, João Heraldo Lima, Peter Blasenheim, e Evantina Pereira Vieira. Veja, Emília Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*. 2ª. ed. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1982, pp. XV e XVI; Robert Brent Toplin. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1972, p. 148; Leslie Bethell. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade. Britain, Brazil and the Slave Trade Question, 1807-1869*. Cambridge: At the University Press, 1970, p. 74; Nelson Werneck Sodré. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 6ª. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 220; Richard M. Morse. *From Community to Metropolis: A Biography of Sao Paulo, Brazil*. Gainesville: University of Florida Press, 1958; Francisco Iglésias. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1958, pp. 130-31; Norma de Goes Monteiro. *Imigração e Colonização em Minas, 1889-1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973, p. 16; João Heraldo Lima. *Café e Indústria em Minas Gerais, 1870-1920*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Campinas, 1977, pp. 2, 12; Peter Blasenheim. Uma História Regional da Zona da Mata Mineira. Artigo não publicado, junho de 1977, p. 3; e Evantina Pereira Vieira. *Economia Cafeeira e Processo Político: Transformações na População Eleitoral da Zona da Mata Mineira (1850-1889)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1978, p. 56.